

1º RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

3º QUADRIMESTRE – 2022



ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO
2022

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 6 |
| 2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA..... | 10 |
| 2.1 Gestão Orçamentária..... | 10 |
| 2.2 Peças de Planejamento..... | 10 |
| 2.2.1 Plano Plurianual – PPA..... | 10 |
| 2.2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO..... | 11 |
| 2.2.3 Lei Orçamentária Anual – LOA..... | 12 |
| 2.3 Avaliação dos Programas e Ações Governamentais..... | 13 |
| 2.3.1 Avaliação dos Projetos/Atividades/Ações de Governo Previstos no Orçamento..... | 15 |
| 2.4 Emendas Orçamentárias..... | 21 |
| 2.5 Execução Orçamentária..... | 24 |
| 2.6 Controle de Créditos Adicionais..... | 28 |
| 2.7 Gestão Financeira | 29 |
| 2.7.1 Disponibilidade Comprometida..... | 29 |
| 2.7.2 Recursos Vinculados..... | 31 |
| 2.7.3 Restos a Pagar | 32 |
| 2.7.4 Adiantamentos | 33 |
| 2.7.5 Resultados Primário e Nominal..... | 35 |
| 2.7.6 Dívida Consolidada..... | 40 |
| 2.7.7 Dívida Consolidada Líquida..... | 41 |
| 2.7.8 Concessões de Garantia..... | 41 |
| 2.7.9 Operações de Crédito..... | 41 |
| 2.7.10 Despesas Correntes Empenhadas/Receitas Correntes Arrecadadas..... | 42 |
| 2.7.11 CAPAG..... | 43 |
| 2.8 Tesouraria..... | 44 |
| 2.8.1 Movimentação de recursos dos Fundos Municipais..... | 46 |
| 2.9 Transferências de Duodécimos..... | 46 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 2.10 | Alienação de Ativos..... | 47 |
| 2.11 | Dívida Ativa..... | 49 |
| 2.12 | Implantação do SIAFIC..... | 51 |
| 2.13 | Parceria Público Privada – PPP..... | 54 |
| 3. | APLICAÇÕES CONSTITUCIONAIS..... | 56 |
| 3.1 | Aplicação no Ensino..... | 56 |
| 3.2 | Aplicação Recursos do FUNDEB..... | 58 |
| 3.2.1 | Aplicação Recursos do FUNDEB – PARCELA DIFERIDA..... | 60 |
| 3.3 | Aplicação na Saúde..... | 60 |
| 3.3.1 | Análise das Informações do Combate à Pandemia – COVID-19..... | 63 |
| 4. | DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS..... | 64 |
| 4.1 | Despesas com Pessoal..... | 64 |
| 4.2 | Despesas com Encargos Sociais..... | 67 |
| 4.3 | Regularidade Previdenciária..... | 68 |
| 4.4 | Parcelamentos de Débitos Previdenciários..... | 68 |
| 4.5 | Demais Parcelamentos (FGTS/PASEP)..... | 69 |
| 4.6 | Encargos com o PASEP..... | 69 |
| 4.7 | Subsídios dos Agentes políticos..... | 70 |
| 4.8 | Pagamento de "Gratificação de Aniversário"..... | 71 |
| 4.9 | Pagamento de "Gratificação AUDESP"..... | 71 |
| 5. | GESTÃO DE PESSOAL..... | 74 |
| 5.1 | Admissões..... | 74 |
| 5.2 | Exonerações..... | 75 |
| 5.3 | Avaliação de Desempenho..... | 76 |
| 5.4 | Recadastramento dos servidores ativos..... | 77 |
| 5.5 | Estrutura Organizacional..... | 77 |
| 5.6 | Horas Extras..... | 90 |
| 5.7 | Quadro de Pessoal..... | 99 |
| 5.8 | Declaração Anual de Imposto de Rendas ou de Bens..... | 99 |
| 5.9 | Concursos Públicos e Processos seletivos..... | 99 |
| 6. | LICITAÇÕES E CONTRATOS..... | 112 |

| | |
|--|-----|
| 6.1 Licitações..... | 112 |
| 7. TERCEIRO SETOR..... | 129 |
| 7.1 Resumo das Despesas com o Terceiro Setor..... | 129 |
| 7.2 Transparência do Terceiro Setor..... | 131 |
| 7.3 Avaliação das Parcerias..... | 142 |
| 8. CUMPRIMENTO DE ENTREGAS DE DOCUMENTOS..... | 149 |
| 8.1 Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP..... | 149 |
| 8.2 Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (CAUC) | 150 |
| 9. ALERTAS E RELATÓRIOS DO TCESP..... | 151 |
| 9.1 Alertas do AUDESP..... | 151 |
| 10. SINDICÂNCIAS/DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES..... | 152 |
| 11. DEVOLUÇÕES DE RECURSOS..... | 152 |
| 11.1 Entidades do Terceiro Setor..... | 152 |
| 11.2 Remuneração de Agentes Políticos..... | 153 |
| 11.3 Multas de trânsito..... | 153 |
| 12. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA..... | 153 |
| 12.1 Portal Transparência e Lei de Acesso à Informação..... | 153 |
| 12.2 Ouvidoria/Carta de Serviços ao Usuário/Conselho de Usuário..... | 154 |
| 12.3 Diário Oficial Eletrônico do Município..... | 155 |
| 13. PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENOS VALORES (RPV)..... | 155 |
| 13.1 Precatórios..... | 155 |
| 13.2 Requisições de Pequenos Valores (RPV)..... | 156 |
| 14. INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES..... | 156 |
| 14.1 Indenizações Gerais..... | 156 |
| 15. CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS E ESTOQUES..... | 156 |
| 15.1 Bens Patrimoniais..... | 157 |
| 15.2 Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB..... | 157 |
| 15.3 Alvará de Vigilância Sanitária..... | 164 |
| 15.4 Controle da Frota Municipal..... | 164 |
| 15.5 Controle de Estoques..... | 165 |
| 16. OBRAS PÚBLICAS..... | 165 |

| | | |
|------|---|-----|
| 16.1 | Acompanhamento de Obras Públicas..... | 165 |
| 17. | INDICADORES..... | 165 |
| 17.1 | Acompanhamento dos Indicadores Municipais..... | 165 |
| 17.2 | Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M..... | 166 |
| 17.3 | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB..... | 168 |
| 17.4 | Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal..... | 169 |
| 18. | CERTIDÕES..... | 170 |
| 18.1 | Cadastro de Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN Estadual..... | 170 |
| 18.2 | Certidão de Regularidade do Município para celebrar Convênios – CRMC..... | 170 |
| 18.3 | Certificado de Regularidade do FGTS – CRF..... | 171 |
| 18.4 | Certidão de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União..... | 171 |
| 18.5 | Certidão de Débitos Trabalhistas..... | 171 |
| 18.6 | Certidão de Distribuição..... | 171 |
| 18.7 | Certidão Correccional (CGU, CEIS, CNEP e CEPIM) | 171 |
| | CONCLUSÃO..... | 172 |
| | QUADRO-SÍNTESE..... | 177 |
| | RECOMENDAÇÕES..... | 180 |

1 – INTRODUÇÃO

1.1 Controle Interno

Controles internos são processos conduzidos pela administração e outros profissionais da entidade para enfrentar riscos e fornecer razoável segurança de que os objetivos sejam alcançados respeitando-se os princípios constitucionais da Administração Pública.

Esses procedimentos, são políticas administrativas, normas, rotinas, metodologias, orientações, enfim, todas as medidas adotadas pela organização com vistas à adequada execução das ações e redução de riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos estabelecidos.

O Sistema de Controle Interno (SCI) pode ser definido como um processo integrado e efetuado pela Administração Pública em todas as áreas.

A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) é responsável pela avaliação da eficácia dos controles internos mantidos pelas unidades integrantes da estrutura administrativa.

A atuação da Unidade Central de Controle Interno se dá em três momentos: prévio, concomitante e posterior.

O presente relatório apresenta o diagnóstico da Administração em relação aos aspectos relevantes, elaborado a partir de informações obtidas por sistemas informatizados, fiscalização in loco e outros procedimentos.

O desenvolvimento desse trabalho está relacionado com a missão da Controladoria Interna que é o de contribuir para a melhoria dos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo, por meio do aperfeiçoamento dos procedimentos, da conduta dos servidores e fornecedores, ampliando a transparência e fomentando o controle social.

O objetivo é apresentar um diagnóstico acerca do funcionamento, estrutura, segurança e confiabilidade das informações, buscando identificar as fragilidades existentes e em que nível estas afetam a aderência às normas e aos procedimentos, indicando-se as ações necessárias para aperfeiçoar os processos administrativos.

Nesse contexto destaco, entre outros aspectos a necessidade do Controle Interno atuar nas seguintes vertentes:

- 1- Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados.
- 2- Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- 3- Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados.
- 4- Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.
- 5- Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional.
- 6- Em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal.
- 7- Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados.

Os trabalhos a serem realizados pelo Controle Interno, propiciarão ações preventivas e de orientação às unidades administrativas com o objetivo de assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, publicidade e transparência das gestões administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, proporcionando apoio à Administração na gestão dos recursos públicos e ao atendimento as legislações e demais normas vigentes.

Um dos objetivos dos trabalhos do Controle Interno a partir de 2022, é realizar uma análise qualitativa das informações, através do acompanhamento de indicadores como IDEB, IEG-M, IEG-Prev, entre outros.

Finalizo essa introdução com um importante trecho extraído do GUIA DE BOAS PRÁTICAS DA FUNÇÃO CONTROLES INTERNOS – FEBRABAN (2020):

"A composição do Sistema de Controles Internos pode ser facilmente demonstrada e compreendida pelo desenho a seguir:



Resumidamente, um adequado e eficiente Sistema de Controles Internos auxilia as entidades a alcançar objetivos importantes e a sustentar e melhorar o seu desempenho. Requer que as organizações desenvolvam atividades de controle que se adaptem aos ambientes operacionais e corporativos em constante mudança, reduzam/mitiguem os riscos para níveis aceitáveis e apoiem um processo sólido de tomada de decisões e de governança da organização.

Recomenda-se que todos os atores que fazem parte desse conjunto compartilhem conhecimento e informações, de modo a retroalimentar o funcionamento adequado e contínuo do Sistema de Controles Internos, contribuindo para que cada área desempenhe de maneira mais e ciente suas atribuições.”

1.2 Base Legal

- I. Constituição Federal (artigos 31, 70 e 74);
- II. Constituição Estadual (artigo 35);
- III. Lei Federal Nº. 4.320/64 (artigos 75 a 80);
- IV. Lei Complementar Nº. 101/00 (artigos 54 e 59);
- V. Lei Federal Nº. 8.666/93 (artigo 113);
- VI. Lei Complementar Nº. 709/93 (artigo 38);
- VII. Lei Orgânica do município de Salto (artigo 55);

- VIII. Lei Municipal Nº. 3.185/2013 (Sistema de Controladoria Municipal);
- IX. Lei Municipal Nº. 3.977/2022 (Reorganização Administrativa);
- X. Instrução Normativa TCESP Nº. 001/2020;
- XI. Resolução CFC Nº. 986/03.

1.3 Procedimentos

Os procedimentos adotados pelo Controle Interno são os mesmos aplicados à Auditoria Interna, sendo eles: exames, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem obtenção de provas suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações.

Os testes de observância visam a obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários da entidade.

Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da entidade.

As informações devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecerem base sólida para as conclusões e as recomendações.

A Controladoria Interna utiliza-se parcialmente de sistemas informatizados, no intuito de tornar mais efetiva a atuação do Controle Interno por meio de ferramentas de Tecnologia da Informação. Esses sistemas são capazes de compilar de maneira satisfatória, informações dos mais diversos setores da Administração Pública, dando subsídios ao Sistema de Controle Interno.

Paralelamente aos sistemas municipais implantados, o Controle Interno utiliza dados dos sistemas AUDESP, SICONFI, demais plataformas externas e leitura analítica dos últimos relatórios do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, para confecção dos relatórios.

2 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 Gestão Orçamentária

A análise da Gestão Orçamentária será baseada no exame sintético das Peças de Planejamento que compõem o ciclo orçamentário atual (2022- 2025), dessa forma será possível realizar um levantamento mais amplo das informações do período.

2.2 Peças de Planejamento

As Peças de Planejamento estão estruturadas da seguinte forma:

- ✓ Plano Plurianual – PPA¹
- ✓ Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO²
- ✓ Lei Orçamentária Anual – LOA³

No exercício de 2021, houve a realização de audiências públicas para elaboração da das Peças de Planejamento (PPA, LDO e LOA).

No intuito de cumprir o disposto art. 48 da LRF, o município disponibilizou as convocações e as atas de elaboração das referidas leis em seu sítio eletrônico, para consulta e participação popular.

2.2.1 Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual – PPA é elaborado a cada quatro anos e compreende as Diretrizes, Objetivos e Metas a serem alcançados durante um determinado ciclo orçamentário. A síntese da análise realizada pela Controladoria Interna é demonstrada pelo quadro a seguir:

¹ Lei nº 3.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2021, ALTERADO PELA LEI 3.917, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

² Lei nº 3.915, DE 01 DE DEZEMBRO 2021.

³ Lei nº 3.925, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

| CRITÉRIO ANALISADO | VERIFICAÇÃO |
|---|--|
| O PPA é estruturado por programas de governo, apresentando despesas de capital e programas de duração continuada para quatro anos? | Sim |
| Tais conteúdos estão orientados por metas físicas e custos estimados? | Sim |
| Houve debate em audiências públicas, nos moldes do art. 48, § único, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal? | Sim |
| As audiências públicas foram realizadas em locais, datas e horários que possibilitaram a participação da sociedade, tais como finais de semana ou fora do horário comercial e com ampla divulgação? | Sim. Parcialmente |
| A audiência foi aberta na Internet também? | Sim |
| Há atas que comprovam a realização daquelas audiências? | Sim |
| O PPA encontra-se disponível na página eletrônica do Município, tal como quer o art. 48 da mencionada disciplina fiscal? | Sim (link: https://salto.sp.gov.br/pecas-de-planejamento-2022/); (https://salto.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/Lei-3.902-PPA-2022-2025.pdf) |

2.2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO é elaborada anualmente e compreende as Metas e Prioridades a serem executadas pela Administração Pública Municipal. A síntese da análise realizada pela Controladoria Interna é demonstrada pelo quadro a seguir:

| CRITÉRIO ANALISADO | VERIFICAÇÃO |
|--|---|
| Existe anexo estabelecendo, por programa de governo, as metas e prioridades para o ano seguinte? | Sim |
| Tais ações acham-se municiadas por metas físicas e custos estimados? | Sim |
| Há critérios e forma para limitação de despesa (art. 4º, I, "b", da LRF)? | Sim. Art 13, parágrafo único |
| Há critérios para transferências a entidades do terceiro setor (art. 4º, I, "f", da LRF)? | Sim. Art 19 |
| Há autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas próprias da União e do Estado (art. 62, I, da LRF)? | Sim (autorização prevista no art. 24 da LDO) |
| Há orientações gerais para elaborar o orçamento-programa? | Sim. Com base no Plano de Governo o qual se encontra consubstanciado no PPA |
| A LDO contém o anexo de metas fiscais (art. 5º, II da Lei de Crimes Fiscais)? | Sim |

| | |
|---|--|
| A LDO contém anexo de riscos fiscais (art. 4º, § 3º da LRF)? | Sim |
| Houve debate em audiências públicas, nos moldes do art. 48, § único, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal? | Sim |
| Há atas que comprovam a realização daquelas audiências? | Sim |
| As audiências públicas foram realizadas em locais, datas e horários que possibilitaram a participação da sociedade, tais como finais de semana ou fora do horário comercial e com ampla divulgação? | Sim Parcialmente |
| A audiência foi aberta na Internet também? | Sim |
| A LDO encontra-se disponível na página eletrônica do Município, tal como quer o art. 48 da sobredita disciplina fiscal? | Sim. (link: https://salto.sp.gov.br/pecas-de-planejamento-2022/); (https://salto.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Lei-3915-2021-LDO-2022.pdf) |
| Há autorização para Remanejamentos, Transposições e Transferências? | Sim (limite de 15% do total da despesa fixada para o exercício). Art 12, VI |
| Há dispositivo para controle operacional de custos? | Sim. Art. 9 |
| Há critérios para contratação de horas extras quando o limite prudencial for extrapolado? | Sim. Art 17 |

2.2.3 Lei Orçamentária Anual – LOA

A Lei Orçamentária Anual – LOA é elaborada anualmente, onde são estimadas as receitas e fixadas as despesas. A síntese da análise realizada pela Controladoria Interna é demonstrada pelo quadro a seguir:

| CRITÉRIO ANALISADO | VERIFICAÇÃO |
|---|---|
| O orçamento agregou receitas e despesas da Administração direta (Prefeitura e Câmara), autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo Município e empresas estatais dependentes (art. 165, § 5º, I, da CF)? | Sim. Arts. 2 e 3 |
| As empresas estatais autônomas, não dependentes financeiramente da Prefeitura, revelaram sua política de investimentos (art. 165, § 5º, II, da CF)? | Prejudicado (não há empresas estatais autônomas, não dependentes financeiramente da Prefeitura) |
| Foram incluídos novos projetos sem que os antigos contassem com verba orçamentária (art. 45 da LRF)? | Não |
| O orçamento foi detalhado até o elemento de despesa (art. 15 da Lei 4.320, de 1964)? | Sim |
| A LOA inclui autorização para abertura de Créditos Adicionais (art. 7º, I, da Lei 4.320, de 1964)? | Sim. Art 4, parágrafo 2 |

| | |
|---|---|
| Há recursos para ações voltadas à criança e ao adolescente, em obediência ao art. 227 da Constituição Federal e ao art. 4º, parágrafo único, "d", da Lei Federal 8.069, de 1990? | Sim |
| Foi prevista Reserva de Contingência para suprir passivos ocasionais, contingentes, descritos no anexo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (art. 4º, § 3º e art. 5º, III, ambas da LRF)? | Sim (R\$ 2.500.000,00) |
| Os precatórios dos mapas dos Tribunais de Justiça e Trabalho estão todos alocados nas respectivas dotações? | Sim |
| O orçamento legislativo atende aos limites constitucionais a despesa total, remuneração Vereador e folha de pagamento? | Sim |
| Há anexo mostrando: a) compatibilidade com metas fiscais da LDO; b) perda financeira a conta de renúncias fiscais que persistam na vida financeira do Município; c) medidas para compensar influências negativas sobre o resultado da execução orçamentária, fruto de nova renúncia de receita ou do aumento da despesa obrigatória de caráter continuado (art. 5º, I e II da LRF)? | Não |
| Houve debate em audiências públicas, nos moldes do art. 48, § único, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal? | Sim |
| Há atas que comprovam a realização daquelas audiências? | Sim |
| As audiências públicas foram realizadas em locais, datas e horários que possibilitaram a participação da sociedade, tais como finais de semana ou fora do horário comercial e com ampla divulgação? | Sim. Parcialmente |
| A audiência foi aberta na Internet também? | Sim |
| A LOA encontra-se disponível na página eletrônica do Município, tal como quer o art. 48 da sobredita disciplina fiscal? | Sim. (link: https://salto.sp.gov.br/pecas-de-planejamento-2022/); (https://salto.sp.gov.br/download/Lei%203925_2_021_LOA_2022.pdf) |

2.3 Avaliação dos Programas e Ações Governamentais

A análise do item em questão será realizada para verificação dos Programas e Ações Governamentais estabelecidos nas Peças de Planejamento.

| PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2022 | | |
|---|--------------------|----------------------|
| Programa | Orçamento Inicial | Orçamento Atualizado |
| 1 - Gestão | R\$ 64.501.300,00 | R\$ 63.136.119,69 |
| 2 - Educação | R\$ 142.093.940,01 | R\$ 172.897.500,15 |
| 3 - Cultura | R\$ 6.697.700,00 | R\$ 8.014.203,85 |
| 5 - Desenvolvimento E Planejamento Urbano | R\$ 1.728.500,00 | R\$ 2.757.834,25 |
| 6 - Serviços Públicos | R\$ 20.795.989,08 | R\$ 18.886.140,74 |
| 7 - Ação De Desenvolvimento Social | R\$ 10.093.980,79 | R\$ 14.508.699,07 |

| | | |
|---|---------------------------|---------------------------|
| 8 - Desenvolvimento Econômico | R\$ 28.010.833,31 | R\$ 34.896.765,49 |
| 10 - Esporte E Lazer | R\$ 4.872.400,00 | R\$ 6.684.145,69 |
| 11 - Segurança Pública, Trânsito E Transporte | R\$ 45.535.800,00 | R\$ 46.678.534,19 |
| 12 - Meio Ambiente E Bem Estar Animal | R\$ 4.203.400,00 | R\$ 4.325.110,90 |
| 13 - Saneamento Básico | R\$ 38.225.800,00 | R\$ 46.546.868,94 |
| 14 - Saúde | R\$ 141.709.092,12 | R\$ 178.058.061,53 |
| 15 - Turismo | R\$ 7.905.000,00 | R\$ 11.682.243,72 |
| 9999 - Reserva De Contingência | R\$ 2.500.000,00 | R\$ 2.500.000,00 |
| Total | R\$ 518.873.735,31 | R\$ 611.572.228,21 |

| EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS - 2022 | | | | | | | |
|---|---------------------------|---------------------------|---------------|---------------------------|---------------|---------------------------|----------|
| Programa | Orçamento Atualizado | Empenhado Período | % | Liquidado Período | % | Pago Período | |
| 1 - Gestão | R\$ 63.136.119,69 | R\$ 58.821.060,91 | 93,17% | R\$ 55.247.942,02 | 87,51% | R\$ 55.247.942,02 | 8 |
| 2 - Educação | R\$ 172.897.500,15 | R\$ 140.274.849,20 | 81,13% | R\$ 136.042.098,26 | 78,68% | R\$ 135.811.648,29 | 7 |
| 3 - Cultura | R\$ 8.014.203,85 | R\$ 7.412.758,12 | 92,50% | R\$ 7.127.646,14 | 88,94% | R\$ 7.127.646,14 | 8 |
| 5 - Desenvolvimento E Planejamento Urbano | R\$ 2.757.834,25 | R\$ 2.159.013,51 | 78,29% | R\$ 1.950.809,29 | 70,74% | R\$ 1.950.809,29 | 7 |
| 6 - Serviços Públicos | R\$ 18.886.140,74 | R\$ 10.918.830,72 | 57,81% | R\$ 7.219.407,83 | 38,23% | R\$ 7.219.407,83 | 3 |
| 7 - Ação De Desenvolvimento Social | R\$ 14.508.699,07 | R\$ 9.852.662,54 | 67,91% | R\$ 9.157.283,43 | 63,12% | R\$ 9.157.283,43 | 6 |
| 8 - Desenvolvimento Econômico | R\$ 34.896.765,49 | R\$ 5.670.909,51 | 16,25% | R\$ 5.089.297,67 | 14,58% | R\$ 5.089.297,67 | 1 |
| 10 - Esporte E Lazer | R\$ 6.684.145,69 | R\$ 4.490.824,15 | 67,19% | R\$ 4.107.419,41 | 61,45% | R\$ 4.107.419,41 | 6 |
| 11 - Segurança Pública, Trânsito E Transporte | R\$ 46.678.534,19 | R\$ 29.644.587,85 | 63,51% | R\$ 27.956.265,74 | 59,89% | R\$ 27.956.265,74 | 5 |
| 12 - Meio Ambiente E Bem Estar Animal | R\$ 4.325.110,90 | R\$ 3.935.819,26 | 91,00% | R\$ 3.761.592,03 | 86,97% | R\$ 3.761.592,03 | 8 |
| 13 - Saneamento Básico | R\$ 46.546.868,94 | R\$ 46.546.868,94 | 100,00% | R\$ 42.389.568,78 | 91,07% | R\$ 42.389.568,78 | 9 |
| 14 - Saúde | R\$ 178.058.061,53 | R\$ 156.252.212,41 | 87,75% | R\$ 145.706.711,36 | 81,83% | R\$ 145.706.711,36 | 8 |
| 15 - Turismo | R\$ 11.682.243,72 | R\$ 5.520.143,44 | 47,25% | R\$ 3.620.684,08 | 30,99% | R\$ 3.620.684,08 | 3 |
| 9999 - Reserva De Contingência | R\$ 2.500.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 1 |
| Total | R\$ 611.572.228,21 | R\$ 481.500.540,56 | 78,73% | R\$ 449.376.726,04 | 73,48% | R\$ 449.146.276,07 | 7 |

Com base nas informações acima, podemos verificar:

- 78,73% do orçamento atualizado foi empenhado;
- 73,48% do orçamento atualizado foi liquidado;
- 78,44% do orçamento atualizado foi pago

Em outra perspectiva, verifica-se que existem programas com execução abaixo de 50%, sendo eles:

| EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS - 2022 | | | | | | | |
|-------------------------------|----------------------|-------------------|--------|-------------------|--------|------------------|--------|
| Programa | Orçamento Atualizado | Empenhado Período | % | Liquidado Período | % | Pago Período | % |
| 6 - Serviços Públicos | R\$ 18.886.140,74 | R\$ 10.918.830,72 | 57,81% | R\$ 7.219.407,83 | 38,23% | R\$ 7.219.407,83 | 38,23% |
| 8 - Desenvolvimento Econômico | R\$ 34.896.765,49 | R\$ 5.670.909,51 | 16,25% | R\$ 5.089.297,67 | 14,58% | R\$ 5.089.297,67 | 14,58% |
| 15 - Turismo | R\$ 11.682.243,72 | R\$ 5.520.143,44 | 47,25% | R\$ 3.620.684,08 | 30,99% | R\$ 3.620.684,08 | 30,99% |

Destaca-se Programas com execução acima de 85%, sendo eles:

| EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS - 2022 | | | | | | | |
|---------------------------------------|----------------------|--------------------|---------|--------------------|--------|--------------------|--------|
| Programa | Orçamento Atualizado | Empenhado Período | % | Liquidado Período | % | Pago Período | % |
| 1 - Gestão | R\$ 63.136.119,69 | R\$ 58.821.060,91 | 93,17% | R\$ 55.247.942,02 | 87,51% | R\$ 55.247.942,02 | 87,51% |
| 3 - Cultura | R\$ 8.014.203,85 | R\$ 7.412.758,12 | 92,50% | R\$ 7.127.646,14 | 88,94% | R\$ 7.127.646,14 | 88,94% |
| 12 - Meio Ambiente E Bem Estar Animal | R\$ 4.325.110,90 | R\$ 3.935.819,26 | 91,00% | R\$ 3.761.592,03 | 86,97% | R\$ 3.761.592,03 | 86,97% |
| 13 - Saneamento Básico | R\$ 46.546.868,94 | R\$ 46.546.868,94 | 100,00% | R\$ 42.389.568,78 | 91,07% | R\$ 42.389.568,78 | 91,07% |
| 14 - Saúde | R\$ 178.058.061,53 | R\$ 156.252.212,41 | 87,75% | R\$ 145.706.711,36 | 81,83% | R\$ 145.706.711,36 | 81,83% |

2.3.1 Avaliação dos Projetos/Atividades/Ações de Governo Previstos no Orçamento

O quadro a seguir apresenta o valor autorizado na Lei Orçamentária Anual destinados a Projetos/Atividades/Ações governamentais comparado com a despesa empenhada e liquidada.

| Avaliação dos Projetos/Atividades/Ações - Exercício 2022 | | | | | | |
|--|------------------|----------------------|-------------------|--------|-------------------|--------|
| Especificação | Orçado Inicial | Orçamento Atualizado | Empenhado Período | % | Liquidado Período | % |
| 1 - Gestão Dos Requisitórios De Pequeno Valor | R\$ 346.000,00 | R\$ 496.000,00 | R\$ 406.730,44 | 82,00% | R\$ 406.730,44 | 82,00% |
| 2 - Gestão Dos Precatórios | R\$ 3.168.000,00 | R\$ 3.668.000,00 | R\$ 3.643.625,91 | 99,34% | R\$ 3.643.625,91 | 99,34% |
| 3 - Gestão Do Pasep | R\$ 5.433.000,00 | R\$ 5.433.000,00 | R\$ 5.251.341,08 | 96,66% | R\$ 4.756.782,83 | 87,55% |
| 4 - Gestão Da Dívida Pública | R\$ 8.260.000,00 | R\$ 7.852.300,00 | R\$ 7.607.816,89 | 96,89% | R\$ 7.607.816,89 | 96,89% |
| 1002 - Construção, Ampliação, Drenagem, Pavimentação E Iluminação | R\$ 9.087.089,08 | R\$ 15.080.223,94 | R\$ 4.390.717,86 | 29,12% | R\$ 2.535.433,67 | 16,81% |
| 1003 - Construção, Reformas E Adequações De Prédios Escolares - Creche | R\$ 6.664.600,00 | R\$ 8.693.343,70 | R\$ 83.139,32 | 0,96% | R\$ 83.139,32 | 0,96% |
| 1004 - Construção, Reformas E Adequações De Prédios Escolares - Pré Escola | R\$ 1.500.000,00 | R\$ 1.500.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |

| | | | | | | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|---------|-------------------|---------|
| 1005 - Construção, Reformas E Adequações De Prédios Escolares - Fundamental | R\$ 3.450.900,00 | R\$ 3.395.569,66 | R\$ 942.569,66 | 27,76% | R\$ 909.769,66 | 26,79% |
| 1007 - Construção, Adequação, Modernização E Aquisição De Equipamentos Permanentes | R\$ 10.021.500,00 | R\$ 11.792.204,23 | R\$ 2.228.152,62 | 18,90% | R\$ 776.522,39 | 6,59% |
| 1008 - Construção, Reformas E Adequações De Unidades De Saúde | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 1011 - Construção Do Cras - Marília | R\$ 500.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 1013 - Manutenção Das Atividades De Infraestrutura Urbana | R\$ 19.103.533,31 | R\$ 19.183.533,31 | R\$ 151.020,00 | 0,79% | R\$ 16.020,00 | 0,08% |
| 2001 - Manutenção Das Atividades Do Gabinete Do Prefeito | R\$ 1.595.500,00 | R\$ 1.580.639,01 | R\$ 1.187.652,07 | 75,14% | R\$ 1.179.326,51 | 74,61% |
| 2002 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria De Governo | R\$ 3.164.900,00 | R\$ 3.421.304,99 | R\$ 3.167.605,43 | 92,58% | R\$ 3.068.206,72 | 89,68% |
| 2003 - Publicidade E Propaganda | R\$ 204.400,00 | R\$ 90.900,00 | R\$ 66.861,96 | 73,56% | R\$ 47.266,63 | 52,00% |
| 2004 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria De Negócios Jurídicos | R\$ 3.136.500,00 | R\$ 3.212.472,10 | R\$ 3.188.424,10 | 99,25% | R\$ 3.173.678,76 | 98,79% |
| 2005 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria De Administração | R\$ 23.976.000,00 | R\$ 25.330.733,45 | R\$ 22.659.277,68 | 89,45% | R\$ 20.136.932,37 | 79,50% |
| 2006 - Publicidade Legal | R\$ 562.400,00 | R\$ 706.187,00 | R\$ 580.391,58 | 82,19% | R\$ 511.633,14 | 72,45% |
| 2007 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria De Finanças | R\$ 15.044.000,00 | R\$ 11.778.370,14 | R\$ 11.391.084,20 | 96,71% | R\$ 11.032.588,13 | 93,67% |
| 2008 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria De Educação | R\$ 8.637.603,77 | R\$ 8.028.214,55 | R\$ 6.358.604,74 | 79,20% | R\$ 5.646.101,03 | 70,33% |
| 2009 - Manutenção Do Ensino Fundamental | R\$ 11.599.900,00 | R\$ 23.175.004,33 | R\$ 19.276.332,46 | 83,18% | R\$ 17.990.786,76 | 77,63% |
| 2010 - Gestão De Repasses Ao 3º Setor | R\$ 1.437.203,02 | R\$ 1.443.443,02 | R\$ 1.439.443,02 | 99,72% | R\$ 1.439.443,02 | 99,72% |
| 2011 - Manutenção Da Educação Especial | R\$ 46.300,00 | R\$ 46.300,00 | R\$ 36.512,55 | 78,86% | R\$ 34.992,55 | 75,58% |
| 2012 - Manutenção Do Transporte Escolar | R\$ 7.282.000,00 | R\$ 12.383.381,16 | R\$ 11.598.610,18 | 93,66% | R\$ 11.428.798,98 | 92,29% |
| 2013 - Manutenção Do Ensino De Jovens E Adultos | R\$ 28.200,00 | R\$ 23.150,00 | R\$ 9.050,00 | 39,09% | R\$ 9.050,00 | 39,09% |
| 2014 - Manutenção Do Ensino Infantil - Creche | R\$ 15.863.464,32 | R\$ 24.052.186,39 | R\$ 20.549.479,48 | 85,44% | R\$ 19.799.362,49 | 82,32% |
| 2015 - Manutenção Do Ensino Infantil - Pré-Escola | R\$ 6.396.668,90 | R\$ 9.493.013,74 | R\$ 5.681.756,12 | 59,85% | R\$ 4.948.049,02 | 52,12% |
| 2016 - Manutenção Do Fundeb - Profissionais Da Educação - Creche | R\$ 6.761.000,00 | R\$ 20.339.194,30 | R\$ 20.338.274,32 | 100,00% | R\$ 20.338.274,32 | 100,00% |

| | | | | | | |
|---|-------------------|--------------------|-------------------|--------|-------------------|--------|
| 2017 - Manutenção Do Fundeb - Outros - Creche | R\$ 9.809.000,00 | R\$ 1.530.805,70 | R\$ 1.438.092,90 | 93,94% | R\$ 1.438.092,90 | 93,94% |
| 2018 - Manutenção Do Fundeb - Profissionais Da Educação - Pré-Escola | R\$ 11.494.000,00 | R\$ 12.110.438,10 | R\$ 11.485.831,54 | 94,84% | R\$ 11.485.831,54 | 94,84% |
| 2019 - Manutenção Do Fundeb - Outros - Pré-Escola | R\$ 1.066.000,00 | R\$ 265.696,85 | R\$ 216.354,43 | 81,43% | R\$ 216.354,43 | 81,43% |
| 2020 - Manutenção Do Fundeb - Profissionais Da Educação - Fundamental | R\$ 27.945.000,00 | R\$ 31.227.979,07 | R\$ 28.297.621,61 | 90,62% | R\$ 28.297.621,61 | 90,62% |
| 2021 - Manutenção Do Fundeb - Outros - Fundamental | R\$ 4.490.000,00 | R\$ 1.390.885,98 | R\$ 1.220.850,91 | 87,78% | R\$ 1.220.850,91 | 87,78% |
| 2022 - Alimentação Escolar - Educação Infantil - Creche | R\$ 11.169.000,00 | R\$ 5.505.513,79 | R\$ 5.219.180,44 | 94,80% | R\$ 4.938.269,32 | 89,70% |
| 2023 - Alimentação Escolar - Educação Infantil - Pré-Escola | R\$ 2.222.000,00 | R\$ 2.428.561,00 | R\$ 2.288.314,16 | 94,23% | R\$ 2.232.567,19 | 91,93% |
| 2024 - Alimentação Escolar - Educação Fundamental | R\$ 1.320.400,00 | R\$ 3.413.722,10 | R\$ 3.267.672,27 | 95,72% | R\$ 3.189.332,74 | 93,43% |
| 2025 - Alimentação Escolar - Eja | R\$ 33.000,00 | R\$ 33.000,00 | R\$ 18.242,92 | 55,28% | R\$ 18.242,92 | 55,28% |
| 2026 - Gestão De Aplicações Complementares | R\$ 972.400,00 | R\$ 1.907.009,71 | R\$ 385.597,42 | 20,22% | R\$ 264.702,42 | 13,88% |
| 2027 - Informatização Das Unidades Escolares - Fundamental | R\$ 500.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ 163.878,00 | 32,78% | R\$ 163.878,00 | 32,78% |
| 2028 - Alimentação Escolar - Educação Especial | R\$ 406.000,00 | R\$ 14.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2029 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria De Cultura | R\$ 6.633.700,00 | R\$ 7.950.203,85 | R\$ 7.412.758,12 | 93,24% | R\$ 7.127.646,14 | 89,65% |
| 2030 - Manutenção Do Fundo Municipal Da Cultura | R\$ 64.000,00 | R\$ 64.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2031 - Manutenção Das Atividades Do Fundo Municipal De Saúde | R\$ 6.202.700,00 | R\$ 9.721.547,01 | R\$ 9.232.347,78 | 94,97% | R\$ 8.755.769,96 | 90,07% |
| 2032 - Manutenção Das Atividades Da Atenção Básica | R\$ 39.871.697,04 | R\$ 54.097.211,85 | R\$ 49.546.909,88 | 91,59% | R\$ 45.831.459,81 | 84,72% |
| 2033 - Manutenção Das Atividades De Média E Alta Complexidade | R\$ 82.864.646,24 | R\$ 103.566.271,87 | R\$ 87.703.584,02 | 84,68% | R\$ 82.533.617,87 | 79,69% |
| 2034 - Manutenção Das Atividades De Assistência Farmacêutica | R\$ 7.700.469,40 | R\$ 5.114.593,40 | R\$ 4.406.654,90 | 86,16% | R\$ 3.313.625,81 | 64,79% |
| 2035 - Manutenção Das Atividades De Vigilância Em Saúde - Sanitária | R\$ 1.341.689,12 | R\$ 1.300.722,55 | R\$ 1.293.273,05 | 99,43% | R\$ 1.293.273,05 | 99,43% |
| 2036 - Manutenção Das Atividades De Alimentação E Nutrição | R\$ 15.700,00 | R\$ 15.700,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |

| | | | | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|---------|------------------|---------|
| 2037 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria De Desenvolvimento Urbano | R\$ 1.587.800,00 | R\$ 2.725.334,25 | R\$ 2.126.513,51 | 78,03% | R\$ 1.918.309,29 | 70,39% |
| 2038 - Atualização De Normas De Urbanização E Plano Diretor | R\$ 56.300,00 | R\$ 32.500,00 | R\$ 32.500,00 | 100,00% | R\$ 32.500,00 | 100,00% |
| 2039 - Gestão Da Ocupação De Espaços E Distribuição De Uso Do Solo | R\$ 56.300,00 | R\$ - | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2040 - Implementação De Programas Habitacionais Próprios | R\$ 28.100,00 | R\$ - | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2041 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria De Obras E Serviços Públicos | R\$ 4.200.600,00 | R\$ 4.681.992,55 | R\$ 3.890.210,62 | 83,09% | R\$ 3.417.808,68 | 73,00% |
| 2042 - Manutenção E Reforma De Prédios, Drenagem E Pavimentação | R\$ 9.568.300,00 | R\$ 5.940.927,90 | R\$ 3.325.618,48 | 55,98% | R\$ 1.770.232,50 | 29,80% |
| 2043 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria De Ação Social E Cidadania | R\$ 4.654.800,00 | R\$ 5.856.086,76 | R\$ 5.502.338,93 | 93,96% | R\$ 5.388.509,40 | 92,02% |
| 2044 - Manutenção Do Centro De Convivência Do Idoso - Cci | R\$ 40.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2046 - Proteção Social Especial De Média Complexidade | R\$ 953.799,57 | R\$ 2.221.428,96 | R\$ 1.163.689,33 | 52,38% | R\$ 675.309,62 | 30,40% |
| 2047 - Manutenção Das Atividades Do Fundo Municipal De Assistência Social | R\$ 14.200,00 | R\$ 34.206,65 | R\$ 11.500,00 | 33,62% | R\$ 8.800,15 | 25,73% |
| 2048 - Acompanhamento Da Liberdade Assistida - Creas | R\$ 11.974,00 | R\$ 72.467,30 | R\$ 13.894,59 | 19,17% | R\$ 4.378,94 | 6,04% |
| 2049 - Proteção Social Básica | R\$ 582.526,92 | R\$ 1.726.673,74 | R\$ 934.655,34 | 54,13% | R\$ 881.436,52 | 51,05% |
| 2050 - Gestão Do Igd - Bolsa Família, CadÚnico E Suas | R\$ 69.000,00 | R\$ 253.230,43 | R\$ 19.356,87 | 7,64% | R\$ 12.942,47 | 5,11% |
| 2051 - Proteção Social Especial De Alta Complexidade | R\$ 899.335,74 | R\$ 1.656.260,67 | R\$ 1.410.099,15 | 85,14% | R\$ 1.388.778,00 | 83,85% |
| 2053 - Manutenção Do Centro Pop E Casa De Passagem Para Pessoas Em Situação De Rua | R\$ 142.344,56 | R\$ 142.344,56 | R\$ 22.197,00 | 15,59% | R\$ 22.197,00 | 15,59% |
| 2054 - Manutenção Do Departamento De Direitos Humanos | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2055 - Manutenção Das Atividades Do Fundo Municipal Da Criança E Do Adolescente | R\$ 1.668.000,00 | R\$ 1.668.000,00 | R\$ 698.927,21 | 41,90% | R\$ 698.927,21 | 41,90% |

| | | | | | | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|--------|-------------------|--------|
| 2056 - Manutenção Das Atividades Do Fundo Municipal Do Idoso | R\$ 308.000,00 | R\$ 308.000,00 | R\$ 76.004,12 | 24,68% | R\$ 76.004,12 | 24,68% |
| 2057 - Manutenção Das Atividades De Desenvolvimento Econômico | R\$ 5.561.100,00 | R\$ 8.966.408,72 | R\$ 3.562.982,86 | 39,74% | R\$ 3.304.687,51 | 36,86% |
| 2059 - Implementação De Ações De Desenvolvimento Econômico E Trabalho | R\$ 322.100,00 | R\$ 412.100,00 | R\$ 249.108,81 | 60,45% | R\$ 244.441,54 | 59,32% |
| 2060 - Manutenção Das Atividades De Consórcios Intermunicipais | R\$ 1.281.900,00 | R\$ 1.277.496,00 | R\$ 1.260.081,60 | 98,64% | R\$ 1.260.081,60 | 98,64% |
| 2061 - Manutenção Das Atividades Do Departamento Do Turismo | R\$ 2.189.700,00 | R\$ 4.339.846,77 | R\$ 3.197.713,83 | 73,68% | R\$ 2.744.384,70 | 63,24% |
| 2062 - Manutenção Das Atividades Do Fundo Municipal Do Turismo | R\$ 28.000,00 | R\$ 155.792,72 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2063 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria De Esportes | R\$ 3.031.200,00 | R\$ 3.482.569,50 | R\$ 3.390.501,90 | 97,36% | R\$ 3.241.970,57 | 93,09% |
| 2064 - Manutenção Das Atividades Com O Esporte De Alto Rendimento | R\$ 221.200,00 | R\$ 244.652,60 | R\$ 218.001,94 | 89,11% | R\$ 196.195,43 | 80,19% |
| 2065 - Manutenção Das Atividades Com A Formação De Atletas | R\$ 700.400,00 | R\$ 690.347,40 | R\$ 564.310,93 | 81,74% | R\$ 442.047,28 | 64,03% |
| 2066 - Manutenção Das Atividades Com Os Atletas Não Habituais | R\$ 300.300,00 | R\$ 294.300,00 | R\$ 255.420,42 | 86,79% | R\$ 170.967,17 | 58,09% |
| 2067 - Implementação De Programas Esportivos | R\$ 213.300,00 | R\$ 59.300,00 | R\$ 56.688,84 | 95,60% | R\$ 55.838,84 | 94,16% |
| 2068 - Manutenção Das Atividades Da Guarda Municipal | R\$ 20.835.000,00 | R\$ 20.216.286,55 | R\$ 20.185.487,77 | 99,85% | R\$ 20.176.361,32 | 99,80% |
| 2069 - Manutenção De Políticas De Prevenção Criminal | R\$ 4.493.900,00 | R\$ 4.493.900,00 | R\$ 2.557.647,02 | 56,91% | R\$ 2.000.211,53 | 44,51% |
| 2070 - Manutenção Da Gestão De Risco E Contingentes Cíveis | R\$ 214.800,00 | R\$ 355.132,61 | R\$ 237.940,08 | 67,00% | R\$ 171.274,44 | 48,23% |
| 2071 - Ampliação Da Atuação Da Guarda Municipal | R\$ 3.335.200,00 | R\$ 3.225.200,00 | R\$ 369.565,50 | 11,46% | R\$ 235.651,37 | 7,31% |
| 2072 - Manutenção Das Atividades Do Departamento De Trânsito E Transporte | R\$ 1.873.800,00 | R\$ 3.178.889,02 | R\$ 2.091.986,81 | 65,81% | R\$ 2.077.189,81 | 65,34% |
| 2073 - Manutenção Das Atividades De Apoio E Controle Viário | R\$ 9.529.900,00 | R\$ 9.848.926,01 | R\$ 4.062.137,78 | 41,24% | R\$ 3.155.754,38 | 32,04% |
| 2074 - Implementação De Melhorias No Trânsito E Transporte | R\$ 883.800,00 | R\$ 883.800,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |

| | | | | | | |
|--|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------|---------------------------|---------------|
| 2075 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria Do Meio Ambiente | R\$ 4.140.400,00 | R\$ 4.112.110,90 | R\$ 3.836.512,14 | 93,30% | R\$ 3.687.786,28 | 89,18% |
| 2076 - Gestão Ambiental De Resíduos | R\$ 38.225.800,00 | R\$ 46.546.868,94 | R\$ 46.546.868,94 | 100,00% | R\$ 42.389.568,78 | 91,07% |
| 2077 - Manutenção Das Atividades Do Fundo Municipal Do Meio Ambiente | R\$ 63.000,00 | R\$ 213.000,00 | R\$ 99.307,12 | 46,62% | R\$ 73.805,75 | 34,65% |
| 2087 - Manutenção Das Atividades De Vigilância Em Saúde - Epidemiológica | R\$ 3.423.490,32 | R\$ 3.815.314,85 | R\$ 3.699.133,10 | 96,95% | R\$ 3.610.905,68 | 94,64% |
| 2088 - Transporte Universitário Intermunicipal | R\$ 200.000,00 | R\$ - | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2089 - Projeto Vale Creche | R\$ 1.008.000,00 | R\$ - | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2090 - Alimentação Escolar - Ensino Médio | R\$ 13.000,00 | R\$ 13.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 9999 - Reserva De Contingência | R\$ 2.500.000,00 | R\$ 2.500.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| | | R\$ - | | | | |
| Total | R\$ 518.873.735,31 | R\$ 611.572.228,21 | R\$ 481.500.540,56 | 78,73% | R\$ 449.376.726,04 | 73,48% |

Através de análise do quadro anterior, é possível constatar a ausência de execução orçamentária de diversos Projetos de Governos, dos quais destacamos:

| Avaliação dos Projetos/Atividades/Ações - Exercício 2022 | | | | | | |
|--|------------------|----------------------|-------------------|-------|-------------------|-------|
| Especificação | Orçado Inicial | Orçamento Atualizado | Empenhado Período | % | Liquidado Período | % |
| 1004 - Construção, Reformas E Adequações De Prédios Escolares - Pré Escola | R\$ 1.500.000,00 | R\$ 1.500.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 1008 - Construção, Reformas E Adequações De Unidades De Saúde | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 1011 - Construção Do Cras - Marília | R\$ 500.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2028 - Alimentação Escolar - Educação Especial | R\$ 406.000,00 | R\$ 14.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2030 - Manutenção Do Fundo Municipal Da Cultura | R\$ 64.000,00 | R\$ 64.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2036 - Manutenção Das Atividades De Alimentação E Nutrição | R\$ 15.700,00 | R\$ 15.700,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2044 - Manutenção Do Centro De Convivência Do Idoso - Cei | R\$ 40.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2054 - Manutenção Do Departamento De Direitos Humanos | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2062 - Manutenção Das Atividades Do Fundo Municipal Do Turismo | R\$ 28.000,00 | R\$ 155.792,72 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2074 - Implementação De Melhorias No Trânsito E Transporte | R\$ 883.800,00 | R\$ 883.800,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |
| 2090 - Alimentação Escolar - Ensino Médio | R\$ 13.000,00 | R\$ 13.000,00 | R\$ - | 0,00% | R\$ - | 0,00% |

Destacamos ainda atividades com baixo atingimento de metas físicas e financeiras pactuadas (parâmetro adotado: percentuais de execução abaixo de 20%).

| Especificação | Orçado Inicial | Orçamento Atualizado | Empenhado Período | % | Liquidado Período | |
|--|-------------------|----------------------|-------------------|--------|-------------------|---|
| 1002 - Construção, Ampliação, Drenagem, Pavimentação E Iluminação | R\$ 9.087.089,08 | R\$ 15.080.223,94 | R\$ 4.390.717,86 | 29,12% | R\$ 2.535.433,67 | 1 |
| 1003 - Construção, Reformas E Adequações De Prédios Escolares - Creche | R\$ 6.664.600,00 | R\$ 8.693.343,70 | R\$ 83.139,32 | 0,96% | R\$ 83.139,32 | 1 |
| 1007 - Construção, Adequação, Modernização E Aquisição De Equipamentos Permanentes | R\$ 10.021.500,00 | R\$ 11.792.204,23 | R\$ 2.228.152,62 | 18,90% | R\$ 776.522,39 | 1 |
| 1013 - Manutenção Das Atividades De Infraestrutura Urbana | R\$ 19.103.533,31 | R\$ 19.183.533,31 | R\$ 151.020,00 | 0,79% | R\$ 16.020,00 | 1 |
| 2026 - Gestão De Aplicações Complementares | R\$ 972.400,00 | R\$ 1.907.009,71 | R\$ 385.597,42 | 20,22% | R\$ 264.702,42 | 1 |
| 2048 - Acompanhamento Da Liberdade Assistida - Creas | R\$ 11.974,00 | R\$ 72.467,30 | R\$ 13.894,59 | 19,17% | R\$ 4.378,94 | 1 |
| 2050 - Gestão Do Igd - Bolsa Família, CadÚnico E Suas | R\$ 69.000,00 | R\$ 253.230,43 | R\$ 19.356,87 | 7,64% | R\$ 12.942,47 | 1 |
| 2053 - Manutenção Do Centro Pop E Casa De Passagem Para Pessoas Em Situação De Rua | R\$ 142.344,56 | R\$ 142.344,56 | R\$ 22.197,00 | 15,59% | R\$ 22.197,00 | 1 |
| 2071 - Ampliação Da Atuação Da Guarda Municipal | R\$ 3.335.200,00 | R\$ 3.225.200,00 | R\$ 369.565,50 | 11,46% | R\$ 235.651,37 | 1 |

2.4 Emendas Orçamentárias

No exercício em exame, a Lei Orçamentária Anual foi sancionada com a presença de emendas orçamentárias propostas pela Câmara Municipal de Vereadores (Fonte de Recurso 08), no valor total de R\$ 2.702.580,24 (Anexo 26 da LOA), sendo que 50% do valor deve ser destinado a Saúde.

Emendas Parlamentares - Apuração dos Valores Totais - 2022

| | | |
|--------------------------------|----------------|--------------------------|
| RCL - Receita Corrente Líquida | 408.249.268,09 | RREO 6º Bimestre 2020 |
| Despesa com Pessoal | 183.034.247,80 | RGF 3º Quadrimestre 2020 |
| Base de Cálculo | 225.215.020,29 | |
| Limite (Total Câmara) | 2.702.540,24 | 1,20% |
| Saúde | 1.351.290,12 | 50,00% |
| Geral | 1.351.290,12 | 50,00% |
| Total de Vereadores | 11 | |
| Totais Por Vereador | 245.689,11 | 100,00% |
| Saúde | 122.844,56 | 50,00% |
| Geral | 122.844,56 | 50,00% |

Houve empenhamento no montante de R\$ 2.415.795,30. O valor liquidado foi na importância de R\$ 2.009.312,77.

EMENDAS IMPOSITIVAS - ATÉ 31/12/2022

| VEREADOR | Saúde | | | | | Outros | | | | |
|---|--------------------|------------|------------|------------|------------------|--------------------|------------|------------|------------|------------------|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA | EMPENHADAS | LIQUIDADAS | PAGAS | SALDO A EMPENHAR | DOTAÇÃO ATUALIZADA | EMPENHADAS | LIQUIDADAS | PAGAS | SALDO A EMPENHAR |
| 1 - Alessandro Demival Da Silva - Ads | 122.844,56 | 118.809,47 | 118.809,47 | 118.809,47 | 4.035,09 | 122.844,56 | 122.313,13 | 118.071,68 | 118.071,68 | 531,43 |
| 2 - Antônio Cordeiro Dos Santos - Acs | 122.844,56 | 115.630,44 | 114.484,44 | 114.484,44 | 7.234,12 | 122.844,52 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 112.844,52 |
| 3 - Cicero Granjeiro Landim - Cgl | 122.844,52 | 121.693,60 | - | - | 1.150,92 | 122.844,56 | 122.779,04 | 112.794,59 | 112.794,59 | 65,52 |
| 4 - Daniel Fraga Moreira Bertani - DfmB | 122.844,56 | 121.820,82 | 12.843,42 | 12.843,42 | 1.023,74 | 122.844,56 | 118.844,56 | 114.284,56 | 114.284,56 | 4.000,00 |
| 5 - Edival Pereira Rosa - Epr | 122.844,56 | 46.044,80 | 46.044,80 | 46.044,80 | 76.799,76 | 122.844,56 | 122.828,56 | 112.828,56 | 112.828,56 | 16,00 |
| 6 - Ezequiel De Souza Damasceno - Esd | 122.844,56 | 114.554,10 | 41.875,40 | 41.875,40 | 8.290,46 | 122.844,56 | 122.840,52 | 122.840,52 | 122.840,52 | 4,04 |
| 7 - Fabio Jorge Rodrigues - Fjr | 122.844,56 | 122.839,10 | 122.839,10 | 122.839,10 | 5,46 | 122.844,56 | 122.129,55 | 86.568,17 | 86.568,17 | 715,01 |

| | | | | | | | | | | |
|--|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------|
| 8 - Gideon Tavares - Gt | 122.844,56 | 113.639,15 | 112.187,31 | 112.187,31 | 9.205,41 | 122.844,56 | 121.799,01 | 114.799,10 | 114.799,10 | 1.045,1 |
| 9 - Henrique Balseiros Chamosa Neto - Hbcn | 122.844,56 | 104.124,80 | 104.124,80 | 104.124,80 | 18.719,76 | 122.844,56 | 120.748,14 | 114.613,14 | 114.613,14 | 2.096,4 |
| 10 - José Benedito De Carvalho - Jbc | 133.844,56 | 126.343,83 | 126.343,83 | 126.343,83 | 7.500,73 | 111.844,56 | 93.856,94 | 73.981,04 | 73.981,04 | 17.9 |
| 11 - Vinicius Saudino De Moraes - Vsm | 122.844,56 | 121.155,10 | 121.155,10 | 121.155,10 | 1.689,46 | 122.844,56 | 111.000,64 | 107.823,74 | 107.823,74 | 11.8 |
| Totais | 1.362.290,12 | 1.226.655,21 | 920.707,67 | 920.707,67 | 135.634,91 | 1.340.290,12 | 1.189.140,09 | 1.088.605,10 | 1.088.605,10 | 151. |

| VEREADOR | Todas as Secretarias | | | | |
|--|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA | EMPENHADAS | LIQUIDADAS | PAGAS | SALDO A EMPENHAR |
| 1 - Alessandro Dornival Da Silva - Ads | 245.689,12 | 241.122,60 | 236.881,15 | 236.881,15 | 4.566,52 |
| 2 - Antônio Cordeiro Dos Santos - Acs | 245.689,08 | 125.630,44 | 124.484,44 | 124.484,44 | 120.058,64 |
| 3 - Cicero Granjeiro Landim - Cgl | 245.689,08 | 244.472,64 | 112.794,59 | 112.794,59 | 1.216,44 |
| 4 - Daniel Fraga Moreira Bertani - Dfmb | 245.689,12 | 240.665,38 | 127.127,98 | 127.127,98 | 5.023,74 |
| 5 - Edival Pereira Rosa - Epr | 245.689,12 | 168.873,36 | 158.873,36 | 158.873,36 | 76.815,76 |
| 6 - Ezequiel De Souza Damasceno - Esd | 245.689,12 | 237.394,62 | 164.715,92 | 164.715,92 | 8.294,50 |
| 7 - Fabio Jorge Rodrigues - Fjr | 245.689,12 | 244.968,65 | 209.407,27 | 209.407,27 | 720,47 |
| 8 - Gideon Tavares - Gt | 245.689,12 | 235.438,16 | 226.986,41 | 226.986,41 | 10.250,96 |
| 9 - Henrique Balseiros Chamosa Neto - Hbcn | 245.689,12 | 224.872,94 | 218.737,94 | 218.737,94 | 20.816,18 |
| 10 - José Benedito De Carvalho - Jbc | 245.689,12 | 220.200,77 | 200.324,87 | 200.324,87 | 25.488,35 |
| 11 - Vinicius Saudino De Moraes - Vsm | 245.689,12 | 232.155,74 | 228.978,84 | 228.978,84 | 13.533,38 |
| Totais | 2.702.580,24 | 2.415.795,30 | 2.009.312,77 | 2.009.312,77 | 286.784,94 |

Constatou-se ainda um valor expressivo de saldo a empenhar em 31/12/2022 na importância de R\$ 286.784,94 (10,61% do total das emendas.), sendo que 39,25% deste valor refere-se a emenda no valor de R\$ 112.844,52 indicada pelo Vereador Antonio Cordeiro dos Santos.

Em 08 de fevereiro de 2022 foi aberto processo administrativo para a utilização da referida emenda que tinha por objeto inicial a "Construção de praça, aquisição e instalação de equipamentos de academia ao ar livre na Rua Bernardo Pereira de Vasconcelos, localizada no bairro Jardim Monte Paschoal". O processo transcorreu normalmente até novembro de 2022 quando detectou-se impedimento quanto a titularidade da área (o Município fez doação do terreno para uma Igreja Evangélica". Diante dessa informação o Vereador solicitou alteração do local em 10 de novembro de 2022 para: Rua Antônio Fernando de Abreu no Jardim Santa Cruz III.

A informação obtida através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos foi que devido ao curto prazo abertura de processo licitatório em 2022, ficou acordado entre o Vereador e a Secretaria de Governo que a Secretaria de Obras dará andamento no processo em 2023 e custeará a obra com recursos próprios.

O grande volume de saldo a empenhar demonstra um descuido por parte das Secretarias em fazer a gestão das emendas impositivas.

2.5 Execução Orçamentária

Conforme disposto na Lei Orçamentária Anual, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2022, a receita foi estimada em R\$ 559.323.735,31, considerando o valor de R\$ 34.950.000,00 da Administração Indireta. O valor total da Administração Direta estimou-se em R\$ 524.373.735,31 (considerando R\$ 51.323.200,00 de deduções – Fundeb).

| I - Administração Direta | | II - Administração Indireta | |
|--|-----------------------|-------------------------------------|-----------------------|
| 1 Receitas Correntes | | 1 Receitas Correntes | |
| 1.1 Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria | 142.655.000,00 | 1.3 Receita Patrimonial | 53.000,00 |
| 1.3 Receita Patrimonial | 1.129.500,00 | 1.6 Receita de Serviços | 30.824.000,00 |
| 1.6 Receita de Serviços | 8.499.000,00 | 1.7 Transferências Correntes | 3.430.000,00 |
| 1.7 Transferências Correntes | 370.324.802,00 | 1.9 Outras Receitas Correntes | 398.000,00 |
| 1.9 Outras Receitas Correntes | 11.926.000,00 | | |
| 2 Receitas de Capital | | 2 Receitas de Capital | |
| 2.1 Operações de Crédito | 19.103.533,31 | 2.2 Alienação de Bens | 5.000,00 |
| 2.4 Transferências de Capital | 27.059.100,00 | 2.4 Transferências de Capital | 240.000,00 |
| 9 Deduções da Receita | | Total Administração Indireta | 34.950.000,00 |
| 9.1 FUNDEB | - 51.323.200,00 | | |
| Total Administração Direta | 524.373.735,31 | Total Geral | 559.323.735,31 |

Verificou-se, ainda, que até o 31 de dezembro de 2022, foi arrecadado e apropriado pelo regime de caixa, em conformidade com o Art. 35, da Lei Nº. 4.320/64, o montante de R\$ 528.924.425,58, ou seja, aproximadamente 0,86% a mais que o valor estimado inicialmente.

Na composição desse valor, estão englobadas as receitas correntes R\$ 576.299.426,31 (Valor atualizado da Receita), as receitas de capital R\$ 4.254.090,22, repasses recebidos R\$ 601.316,75, assim como a correspondente dedução do FUNDEB R\$ 52.230.407,70.

Destaco, para fins de apuração do resultado orçamentário/financeiro, que houve transferências de duodécimos da ordem de R\$ 5.500.000,00 e transferências para o SAAE (Leis 3935/2022 e 3969/2022) na ordem de R\$ 4.640.000,00.

Segue abaixo informações das Receitas e Despesas consolidadas:

| RECEITA ORÇADA X RECEITA REALIZADA (Consolidado) | | | |
|---|---|-----------------------------------|---------------------------------|
| | PREVISTA ATÉ O BIMESTRE (ORÇADA) | REALIZADA (ARRECADADA) | EXCESSO DE ARRECAÇÃO |
| Receita Total | 559.323.735,31 | 562.935.198,83 | 3.611.463,52 |

| TOTAL DAS DESPESAS EMPENHADAS - PRINCIPAIS SECRETARIAS (Consolidado) | | | |
|---|-----------------------|------------------|-----------------------|
| SECRETARIA | VALOR | PROPORÇÃO | |
| Saúde | 156.252.212,41 | 29,78% | 56,52% |
| Educação | 140.274.849,20 | 26,74% | |
| Administração | 38.723.122,49 | 7,38% | |
| Demais | 189.393.200,70 | 36,10% | |
| Total Geral (Fontes 1, 2 e 5) | 524.643.384,80 | 100,00% | |
| Análise: | Saúde + Educação | = | 296.527.061,61 |

| RECEITA TOTAL REALIZADA (Comparativo Exercício Anterior) (Consolidado) | | | |
|---|-------------------------------|----------------------|-----------------------------|
| 6º Bim/Exerc. Anterior | 6º Bim/2022 | Evolução | 19,04% |
| 472.909.254,32 | 562.935.198,83 | 90.025.944,51 | Aumento |
| Análise: | Receita até o 6º Bim/2022 foi | SUPERIOR | à Receita até o 6º Bim/2021 |

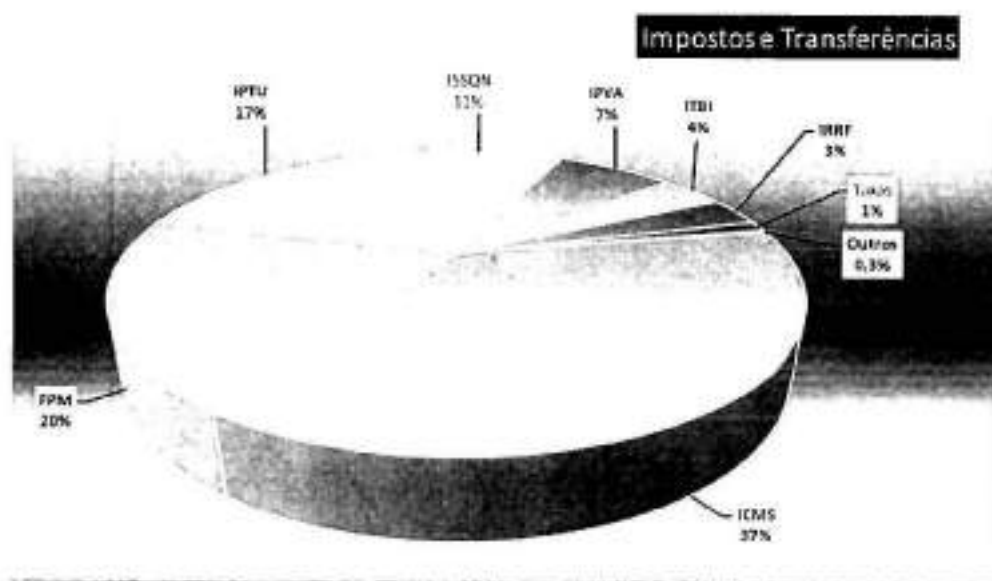
As receitas realizadas até o período superam as despesas liquidadas em R\$ 72.241.741,74 apontando para um resultado favorável (SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO). Em

relação às despesas empenhadas, o resultado também foi positivo em R\$ 38.291.814,03.

Dados da Receita:

| P.M. de Salto (Dados Consolidados) - em R\$ 1.000,00 | | | | | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------------|-----------------|
| RECEITAS | 1º Quad. | 2º Quad. | 3º Quad. | Total 2022 | ORÇADO P/ EXERCÍCIO | 3º Quad. / 2021 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTR. DE MELHORIA | 63.180 | 43.413 | 43.830 | 150.222 | 142.555 | 42.352 |
| PATRIMONIAL | 2.781 | 4.860 | 5.050 | 12.671 | 1.183 | 1.444 |
| SERVIÇOS | 13.477 | 13.320 | 14.289 | 41.086 | 39.323 | 12.157 |
| TRANSF. CORRENTES | 134.270 | 135.282 | 126.090 | 397.642 | 373.755 | 110.310 |
| OUTRAS REC. CORRENTES | 3.105 | 2.078 | 3.683 | 8.863 | 12.324 | 3.164 |
| RECEITAS CORRENTES | 216.793 | 198.960 | 194.742 | 610.484 | 569.239 | 163.427 |
| FUNDEB (-) | 18.920 | 17.248 | 16.075 | 52.241 | 51.323 | 14.410 |
| REC. CORRENTE LÍQUIDA | 197.873 | 181.703 | 178.667 | 558.244 | 517.916 | 155.016 |
| REC. DE CAPITAL | 1.138 | 1.093 | 2.483 | 4.692 | 41.408 | 320 |
| TOTAL | 199.009 | 182.796 | 181.130 | 562.935 | 559.324 | 155.342 |

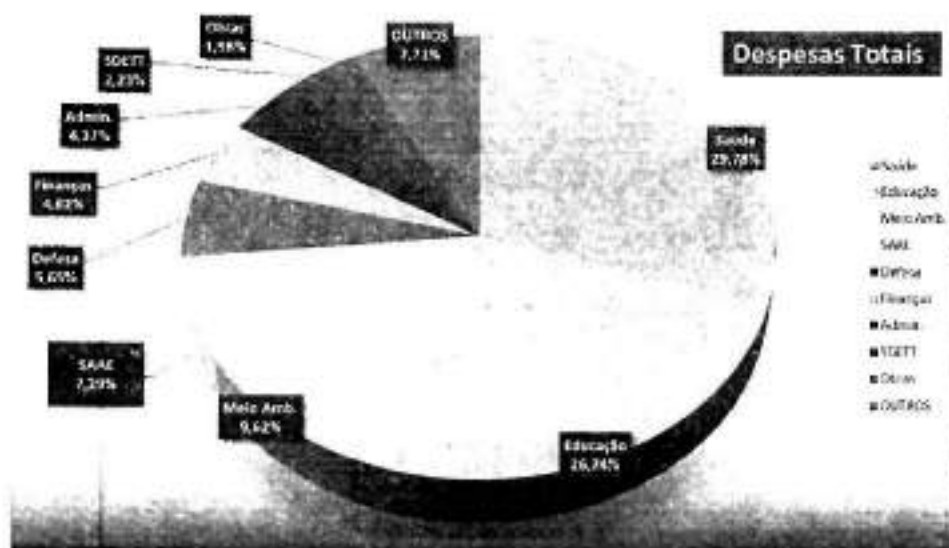
| PRINCIPAIS RECEITAS TRIBUTÁRIAS AUFERIDAS PELA PMS - POR ORDEM DE RELEVÂNCIA | | | |
|---|---|---------------------------|-------|
| ORDEM | DESCRIÇÃO | 3º Quadr./2022 | % |
| 1º | ICMS - IMº S/CIRC MERCAD. REC. PROPRIAS | 153.587.956,17 | 36,83 |
| 2º | FPM - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS | 82.178.185,18 | 19,71 |
| 3º | IPTU - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA | 71.704.979,70 | 17,20 |
| 4º | ISSQN - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA | 44.682.866,67 | 10,72 |
| 5º | PVA - IMº S/PROPR. VEIC. AUTOMOT. | 29.820.198,59 | 7,15 |
| 6º | ITBI - IMº S/TRANSMISSÃO BENS MÓVEIS | 16.008.072,95 | 3,84 |
| 7º | IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE RENDIMENTOS TRABALHO | 13.215.244,37 | 3,17 |
| 8º | TAXAS | 4.610.621,03 | 1,11 |
| 9º | Outras Tributárias: IPI (0,21%), CIDE (0,05%) e ITR (0,0051%) | 1.152.746,77 | 0,28 |
| Total das Receitas Tributárias e Transferências de Impostos Realizadas | | R\$ 416.969.871,44 | |



| EXCESSO DE ARRECAÇÃO - PRINCIPAIS RECEITAS TRIBUTÁRIAS (DEZEMBRO/2022) | | | | | |
|--|---|---------------------------|---------------------------|--------------------------|---------|
| Nº | DESCRIÇÃO | Orçado | Arrecadado | Diferença | % |
| 1º | ICMS - MP S/CIRC MERCAD. REC. PROPRIAS | 159.144.000,00 | 163.587.996,17 | (5.556.043,83) | -3,48% |
| 2º | FPM - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS | 69.538.000,00 | 82.178.185,19 | 12.640.185,19 | 18,18% |
| 3º | IPTU - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA | 68.924.000,00 | 71.704.979,70 | 2.780.979,70 | 4,03% |
| 4º | ISSQN - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA | 41.273.000,00 | 44.582.666,67 | 3.409.666,67 | 8,26% |
| 5º | IPVA - MP S/PROPR VEIC AUTOMOT | 26.746.000,00 | 29.829.196,59 | 3.083.196,59 | 11,53% |
| 6º | ITBI - MP S/TRANSMISSAO BENS MOVEIS | 19.109.000,00 | 16.008.072,95 | (3.100.927,05) | -16,23% |
| 7º | IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE RENDIMENTOS TRABALHO | 9.875.000,00 | 13.215.244,37 | 3.340.244,37 | 33,83% |
| 8º | TAXAS | 3.473.000,00 | 4.610.621,03 | 1.137.621,03 | 32,76% |
| 9º | Outras Tributárias: IPI (0,21%), CIDE (0,06%) e ITR (0,0051%) | 1.238.000,00 | 1.152.746,77 | (85.253,23) | -6,89% |
| Total das Receitas Tributárias e Transferências de Impostos R | | R\$ 399.329.000,00 | R\$ 414.949.871,44 | R\$ 15.620.871,44 | |

Dados da Despesa:

| Secretaria | Orçado | Orçamento Ajustado | 1ºQ/2022 | 2ºQ/2022 | 3ºQ/2022 | Total do Exercício | % sobre orçamento | 3º Q/2021 | % sobre orçamento |
|--------------|----------------|--------------------|----------------|----------------|----------------|--------------------|-------------------|----------------|-------------------|
| 1 Gabinete | 1.596 | 1.581 | 693 | 277 | 218 | 1.188 | 0,23% | 4.130 | 3,70% |
| 2 Governo | 3.246 | 3.488 | 1.671 | 839 | 725 | 3.234 | 0,62% | 942 | 0,84% |
| 3 Jurídico | 6.651 | 7.376 | 1.085 | 3.113 | 3.040 | 7.239 | 1,38% | 2.324 | 2,08% |
| 4 Admin. | 24.272 | 25.627 | 13.626 | 4.361 | 4.923 | 22.910 | 4,37% | 4.152 | 3,75% |
| 5 Finanças | 31.237 | 27.564 | 20.563 | 1.651 | 2.045 | 24.259 | 4,52% | 1.054 | 0,97% |
| 6 Educação | 142.094 | 172.898 | 51.789 | 48.099 | 42.407 | 140.295 | 26,74% | 38.012 | 32,29% |
| 7 Cultura | 6.698 | 8.014 | 1.814 | 2.675 | 2.923 | 7.413 | 1,41% | 1.781 | 1,60% |
| 8 Saúde | 141.708 | 178.057 | 63.940 | 48.891 | 43.621 | 156.252 | 29,78% | 38.398 | 32,63% |
| 9 Des. Urb. | 1.728 | 2.758 | 743 | 637 | 779 | 2.159 | 0,41% | 549 | 0,49% |
| 10 Obras | 20.786 | 17.623 | 3.145 | 4.059 | 3.191 | 10.405 | 1,98% | 322 | 0,29% |
| 11 Ação Soc. | 10.094 | 14.509 | 3.490 | 3.513 | 2.841 | 9.853 | 1,88% | 1.628 | 1,40% |
| 12 SOETT | 35.918 | 49.350 | 4.009 | 5.328 | 2.557 | 11.705 | 2,23% | 1.612 | 1,45% |
| 13 Esportes | 4.572 | 5.177 | 1.571 | 1.219 | 1.601 | 4.491 | 0,86% | 580 | 0,52% |
| 14 Defesa | 45.535 | 46.679 | 11.329 | 8.855 | 9.460 | 29.645 | 5,55% | 6.230 | 5,59% |
| 15 Meio Amb. | 42.429 | 50.872 | 39.735 | 5.325 | 5.423 | 50.483 | 9,62% | 4.266 | 3,82% |
| C Câmara | 5.500 | 5.500 | 1.805 | 1.609 | 1.484 | 4.899 | 0,93% | 1.225 | 1,10% |
| 5 SAAE | 34.960 | 43.625 | 19.483 | 11.098 | 7.663 | 38.244 | 7,25% | 8.269 | 7,41% |
| TOTAL | 559.324 | 660.697 | 240.574 | 149.180 | 134.910 | 524.664 | 100,00% | 111.520 | 100,00% |



2.6 Controle de Créditos Adicionais

Em síntese, as alterações orçamentárias estão dentro dos parâmetros permitidos pela Lei Orçamentária Anual em seu artigo 4º incisos II e VI e a Lei de Diretrizes Orçamentárias em seu artigo em seu artigo 12º incisos II e VI.

Conforme as informações apresentadas, temos o seguinte cenário:

| Resumo Limite no Período | | | | | |
|--------------------------|----------|-------------------|------------------|-------------------|------------|
| Total Dotação | Limite % | Limite Autorizado | Limite Utilizado | Disp. Autorização | Percentual |
| 518.973.738,31 | 15,00 | 77.831.060,39 | 61.042.082,49 | 16.788.977,81 | 11,76 |
| Resumo Limite Atual | | | | | |
| Total Dotação | Limite % | Limite Autorizado | Limite Utilizado | Disp. Autorização | Percentual |
| 518.973.738,31 | 15,00 | 77.831.060,39 | 61.042.082,49 | 16.788.977,81 | 11,76 |

As alterações orçamentárias permaneceram dentro limite previsto de 15% para remanejamento, transposições e transferências considerando as exceções previstas pela própria LOA artigo 4 §1 e LDO seu artigo em seu artigo 12º §1 e ocorreram por meio de:

Remanejamento

| Resumo Geral | |
|--------------|----------------|
| Superávit | 1.126.372,87 |
| ANULAÇÃO | 99.036.411,55 |
| Total | 100.162.784,42 |

Crédito Adicional

| Resumo Geral | |
|------------------------|---------------|
| Superávit | 45.478.975,16 |
| ANULAÇÃO | 4.950.837,19 |
| Excesso de Arrecadação | 48.933.144,87 |
| Total | 99.362.757,22 |

Alerta-se para variação expressiva de alterações orçamentárias ocorridas em 2022 o que demonstra falta de planejamento por parte das secretarias.

2.7 Gestão Financeira

A análise da Gestão Financeira será baseada no exame dos relatórios financeiros mais utilizados pela Administração Pública, levantando os principais pontos relacionados à área financeira.

2.7.1 Disponibilidade Comprometida

A classificação por fontes ou destinações de recursos (FR) tem como objetivo agrupar

receitas que possuam as mesmas normas de aplicação na despesa. Em regra, as fontes ou destinações de recursos reúnem recursos oriundos de determinados códigos da classificação por natureza da receita orçamentária, conforme regras previamente estabelecidas. Por meio do orçamento público, essas fontes ou destinações são associadas a determinadas despesas de forma a evidenciar os meios para atingir os objetivos públicos.

Este mecanismo contribui para o atendimento do parágrafo único do art. 8º da LRF e o art. 50, inciso I⁴ da mesma Lei.

O quadro abaixo tem como objetivo verificar a correta aplicação e o fluxos dos recursos a sua finalidade específica.

| DISPONIBILIDADE DE CAIXA | 2022 |
|---|----------------------|
| Fontes de Recursos: F1, F2, F5, F7 | |
| Saldo de Caixa (Disponibilidades) | 129.563.839,42 |
| Restos a Pagar | 32.689.629,00 |
| Demais obrigações e Encargos Sociais | 1.825.933,47 |
| Saldo Líquido de Caixa | 95.048.276,95 |

| SUPERÁVIT FINANCEIRO 2022 (31/12/2022) | | | | | |
|--|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|
| Boletim de Tesouraria | R.P 2022 | Superávit | Ajustes | Superávit | |
| Fonte | Valor | (Inscritos) | Financeiro | Valor | Líquido |
| | | Valor | (Bruto) | | |
| 1 - Tesouro Direto | 75.888.500,00 | 14.773.678,23 | 61.614.422,67 | (1.825.933,47) | 59.788.489,20 |
| 1 - Tesouro Vinc. | 22.450.522,00 | 12.408.538,52 | 10.042.382,48 | - | 10.042.382,48 |
| 2 - Estadual | 7.007.475,60 | 3.962.620,10 | 3.064.855,50 | - | 3.064.855,50 |
| 5 - Federal | 24.582.087,88 | 2.429.751,15 | 22.152.296,73 | - | 22.152.296,73 |
| 7 - Oper. Cred. | 135.253,04 | 135.000,00 | 253,04 | - | 253,04 |
| Total Geral | 129.563.839,42 | 32.689.829,00 | 96.874.210,42 | (1.825.933,47) | 95.048.276,95 |

⁴ Art. 8º

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso.

O valor R\$ 1.825.933,47, que representa o ajuste, refere-se ao saldo líquido das contas a pagar do nível extra orçamentário que ficam disponíveis de forma contábil sob o detalhamento C.A 190.000 dentro das contas bancárias da entidade; devido a isso se faz necessário retirar esse valor para compor o Superávit Líquido.



2.7.2 Recursos Vinculados

Como forma de acompanhamento da gestão financeira pelo Controle Interno, foram realizados levantamento e inspeção dos dados referentes aos recursos vinculados do município:

| Boletim de Tesouraria | | R.P 2022 (Inscritos) | Superávit Financeiro (Bruto) | Ajustes (Disp. Extraorçam.) |
|-----------------------|----------------------|----------------------|------------------------------|-----------------------------|
| Fonte | Valor | Valor | | Valor |
| 1 - Tesouro Vinc | 22.450.922,00 | 12.408.539,52 | 10.042.382,48 | - |
| 2 - Estadual | 7.007.475,60 | 3.942.620,10 | 3.064.855,50 | - |
| 5 - Federal | 24.582.087,88 | 2.429.791,15 | 22.152.296,73 | - |
| 7 - Oper. Cred. | 135.253,04 | 135.000,00 | 253,04 | - |
| Total Geral | 54.175.738,52 | 18.915.950,77 | 35.259.787,75 | 0,00 |

Diante das informações acima obtidas, é possível destacar a existência de vultuosa quantidade de recursos vinculados disponíveis (mesmo deduzindo os compromissos assumidos), denotando falha no planejamento municipal, prejudicando o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados alcançados.

2.7.3 Restos a Pagar

De acordo com o art. 36, Lei 4.320/64, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo se as processadas das não processadas.

No quadro a seguir apresentamos o saldo dos restos a pagar processados e não processados detalhado por fonte de recurso.

| PODER/ ÓRGÃO | Saldo de Exercícios Anteriores | Movimentação até o Bimestre | | | | | | Inscrição ao Final do Exercício | | Saldo até o Bime | |
|----------------------|--------------------------------|-----------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------|---------------------|---------------------------------|----------------------|-------------------|------------------|
| | Processad. | Não Processados | Liquidação | Pagamentos | | Cancelamentos | | Proces. | Não Processados | Proces. | Não Processados |
| | | | | Processad. | Não Processados | Proces. | Não Processados | | | | |
| EXECUTIVO | 2.879.466,16 | 30.526.373,29 | 26.602.126,54 | 2.879.466,16 | 26.602.126,54 | 0,00 | 3.588.882,24 | 230.449,97 | 32.123.814,52 | 230.449,97 | 32.459,97 |
| Prefeitura Municipal | 2.879.466,16 | 30.526.373,29 | 26.602.126,54 | 2.879.466,16 | 26.602.126,54 | 0,00 | 3.588.882,24 | 230.449,97 | 32.123.814,52 | 230.449,97 | 32.459,97 |
| Fonte 01 | 2.871.543,72 | 24.030.168,43 | 22.758.870,14 | 2.871.543,72 | 22.758.870,14 | 0,00 | 2.140.268,52 | 0,00 | 25.733.705,45 | 0,00 | 25.775,45 |
| Fonte 02 | 0,00 | 2.825.004,02 | 1.832.794,42 | 0,00 | 1.832.794,42 | 0,00 | 698.975,40 | 0,00 | 3.049.285,36 | 0,00 | 3.942,36 |
| Fonte 05 | 7.922,44 | 3.354.098,20 | 1.726.744,97 | 7.922,44 | 1.726.744,97 | 0,00 | 825.353,23 | 230.449,97 | 2.199.341,18 | 230.449,97 | 2.189,18 |
| Fonte 07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 135.000,00 | 0,00 | 135,00 |
| Fonte 08 | 0,00 | 408.104,04 | 283.717,01 | 0,00 | 283.717,01 | 0,00 | 124.367,03 | 0,00 | 408.482,53 | 0,00 | 408,53 |
| TOTAL | 2.879.466,16 | 30.526.373,29 | 26.602.126,54 | 2.879.466,16 | 26.602.126,54 | 0,00 | 3.588.882,24 | 230.449,97 | 32.123.814,52 | 230.449,97 | 32.459,97 |

Em relação à inscrição de restos a pagar no exercício anterior, a situação é favorável, pois houve considerável redução, foram pagos ou cancelados R\$ 36.368.409,28 (99,09%) do valor inscrito, restando um saldo de R\$ 335.364,51 (0,91%), o qual merece atenção.

O valor de saldo de restos a pagar que ainda permanece refere-se a empenhos em nome da empresa REVIDE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA LTDA ME. Trata-se de obra de convênio, custeada com recurso estaduais e contrapartida municipal, que ainda aguarda a liberação de recursos por parte do órgão repassador.

Ao final de 2022, houve nova e expressiva inscrição de RP (Não Processados) R\$ 32.123.814,52 e (Processados) R\$ 230.449,97, totalizando R\$ 32.354.264,49. Há disponibilidade financeira suficiente para suprir o total de restos a pagar inscritos em dez/2022. Haverá o acompanhamento dos restos a pagar no curso de 2023.

Quadro consolidado:

| RESTOS A PAGAR - Em Reais | | | | | | |
|---------------------------|----------------|-----------------------------|------------|-----------|---------------------------------|----------------------------------|
| ÓRGÃO | Saldo Anterior | Movimentação até o Bimestre | | | Inscrição ao Final do Exercício | Saldo Atual Proc. e Não Proc. |
| | | Liquidado | Pago | Cancelado | | |
| EXECUTIVO | 36.703.774 | 29.279.965 | 32.754.746 | 3.613.664 | 32.354.264 | 32.689.629 |
| Prefeitura | 33.405.839 | 26.602.127 | 29.481.593 | 3.588.882 | 32.354.264 | 32.689.629 |
| Fonte 01 | 27.810.710 | 22.756.870 | 25.628.414 | 2.140.267 | 25.733.705 | 25.775.735 |
| Fonte 02 | 2.825.005 | 1.832.794 | 1.832.794 | 698.875 | 3.649.285 | 3.942.620 |
| Fonte 05 | 2.362.021 | 1.728.745 | 1.736.667 | 625.353 | 2.429.791 | 2.429.791 |
| Fonte 07 | 0 | 0 | 0 | 0 | 135.000 | 135.000 |
| Fonte 08 | 406.104 | 283.717 | 283.717 | 124.387 | 406.483 | 406.483 |
| SAAE | 3.297.934 | 2.677.838 | 3.273.153 | 24.781 | 0 | 0 |
| Fonte 04 | 3.297.934 | 2.677.838 | 3.273.153 | 24.781 | 0 | 0 |
| LEGISLATIV | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Camara Mun. | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Fonte 01 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 36.703.774 | 29.279.965 | 32.754.746 | 3.613.664 | 32.354.264 | 32.689.629 |

2.7.4 Adiantamentos

Os adiantamentos efetuados a funcionários, são valores para pagamentos de pequenas despesas como prestação de serviços, como por exemplo: despesas postais, refeições, passagens, hospedagens, táxi, pequenos consertos e serviços, combustíveis, tem amparo na Lei Municipal Nº. 3.188 de 29 de junho de 2013, Portaria Municipal Nº 447 de 01 de setembro de 2017, bem como demais normas que se apliquem ao regime de adiantamento.

Entende-se pequenas despesas, aquelas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

No exercício de 2022, as análises estão sendo realizadas através de ferramenta de processo eletrônico.

O Controle Interno procede análises dos processos de adiantamentos, conforme disciplina a Instrução Normativa TCESP Nº. 001/2020.

No exercício de 2017, foi elaborado o Manual de Regime de Adiantamentos como forma de padronizar procedimentos relacionados aos processos de adiantamentos na Prefeitura Municipal.

O quadro a seguir apresenta o valor concedido, utilizado, devolvido e pendente de prestação de contas das despesas sob regime de adiantamento.

| DESPESAS COM ADIANTAMENTO 2º QUADRIMESTRE | | | | |
|--|------------|-----------|------------|-----------|
| DESCRIÇÃO | CONCEDIDO | PENDENTE | UTILIZADO | DEVOLVIDO |
| ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS NO PERÍODO | 229.953,63 | 61.500,00 | 109.770,76 | 58.682,87 |

| DESPESAS COM ADIANTAMENTO 2022 | | | | |
|-------------------------------------|------------|-----------|------------|------------|
| DESCRIÇÃO | CONCEDIDO | PENDENTE | UTILIZADO | DEVOLVIDO |
| ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS NO PERÍODO | 651.461,11 | 61.500,00 | 341.123,79 | 248.837,32 |

O quadro abaixo apresenta a relação das despesas no regime de adiantamentos empenhadas no exercício em análise, pendentes de prestação de contas.

| Data Empenho | Credor | Data Pagto. | Processo | Empenho/Solicitação | O.P. | Valor | Situação |
|--------------|------------------------------------|-------------|----------|---------------------|------------|----------------------|----------|
| 21/12/2022 | ANTONIO DONIZETE FIDELIS | 28/12/2022 | 397/2022 | 8323/2022 | 12844/2022 | R\$ 1.100,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | GERALDO WILSON LUIZ DA SILVA | 28/12/2022 | 401/2022 | 8327/2022 | 12848/2022 | R\$ 1.900,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | JACIR BENEITO RIBEIRO | 28/12/2022 | 403/2022 | 8329/2022 | 12850/2022 | R\$ 2.300,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | DIREU SIMIONATO | 28/12/2022 | 400/2022 | 8326/2022 | 12847/2022 | R\$ 2.300,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | IVONIL MARCOS SOARES DA SILVA | 28/12/2022 | 402/2022 | 8328/2022 | 12849/2022 | R\$ 1.900,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | FRANCISCO ANTONIO GUIDI | 28/12/2022 | 411/2022 | 8337/2022 | 12858/2022 | R\$ 1.000,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | CARLOS ROBERTO PAIVA | 28/12/2022 | 398/2022 | 8324/2022 | 12845/2022 | R\$ 1.700,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | ANTONIO CARLOS CARBONI | 28/12/2022 | 396/2022 | 8322/2022 | 12843/2022 | R\$ 2.300,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | DAILTON APARECIDO RIBEIRO | 28/12/2022 | 399/2022 | 8325/2022 | 12846/2022 | R\$ 1.900,00 | NO PRAZO |
| 27/12/2022 | SEFORA MARQUES | 29/12/2022 | 419/2022 | 8387/2022 | 12890/2022 | R\$ 5.000,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | LEONCIO BARBOSA CAMPANHA | 28/12/2022 | 405/2022 | 8331/2022 | 12852/2022 | R\$ 1.900,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | ROGERIO CAMARGO ESPIRITO SANTO | 28/12/2022 | 409/2022 | 8335/2022 | 12856/2022 | R\$ 2.300,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | DINIZ RODRIGUES | 28/12/2022 | 414/2022 | 8340/2022 | 12861/2022 | R\$ 1.500,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | ROSIANE BRAGA LIMA | 23/12/2022 | 393/2022 | 8318/2022 | 12840/2022 | R\$ 1.000,00 | NO PRAZO |
| 27/12/2022 | ROSIANE BRAGA LIMA | 29/12/2022 | 420/2022 | 8388/2022 | 12891/2022 | R\$ 5.000,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | ELIANE KYOMI WADA FERREIRA | 27/12/2022 | 394/2022 | 8319/2022 | 12841/2022 | R\$ 2.000,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | PRISCILA XAVIER DE OLIVEIRA NOVAIS | 23/12/2022 | 392/2022 | 8317/2022 | 12839/2022 | R\$ 2.000,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | ANDRE LUIS DOS REIS | 28/12/2022 | 395/2022 | 8321/2022 | 12842/2022 | R\$ 2.300,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | JULIANO CLAUDIO DE OLIVEIRA | 28/12/2022 | 404/2022 | 8330/2022 | 12851/2022 | R\$ 2.300,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | MURILO CESAR LOURENÇO | 28/12/2022 | 407/2022 | 8333/2022 | 12854/2022 | R\$ 1.500,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | RAFAEL CESAR DA SILVA | 28/12/2022 | 408/2022 | 8334/2022 | 12855/2022 | R\$ 2.300,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | MARCOS ROBERTO KIEL | 28/12/2022 | 406/2022 | 8332/2022 | 12853/2022 | R\$ 2.300,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | DOMINGOS DO ESPIRITO SANTO | 28/12/2022 | 410/2022 | 8336/2022 | 12857/2022 | R\$ 1.700,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | CARLOS DONIZETE PIMENTEL | 28/12/2022 | 412/2022 | 8338/2022 | 12859/2022 | R\$ 2.000,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | DIEGO BARON | 28/12/2022 | 413/2022 | 8339/2022 | 12860/2022 | R\$ 2.000,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | MARCELO GOMES DOS SANTOS | 28/12/2022 | 415/2022 | 8341/2022 | 12862/2022 | R\$ 2.000,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | TELMO CHIMIN | 28/12/2022 | 416/2022 | 8342/2022 | 12863/2022 | R\$ 2.000,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | THIAGO HENRIQUE MALDANIS | 28/12/2022 | 417/2022 | 8343/2022 | 12864/2022 | R\$ 2.000,00 | NO PRAZO |
| 21/12/2022 | VANIA CRISTINA DE ALMEIDA FREITAS | 28/12/2022 | 418/2022 | 8344/2022 | 12865/2022 | R\$ 2.000,00 | NO PRAZO |
| TOTAL | | | | | | R\$ 61.500,00 | |

Nota Explicativa: A quantidade de dias em atraso refere-se ao cálculo da data prevista para a prestação de contas, referente ao último dia do mês em análise.

2.7.5 Resultados Primário e Nominal

O resultado primário surge através da diferença entre as Receitas Primárias e Despesas Primárias, já o resultado nominal leva em consideração a Dívida Consolidada e a Dívida Consolidada Líquida.

O Resultado primário indica se os níveis de gastos orçamentários do Município são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

A seguir apresentamos as receitas e despesa fiscal líquida para avaliação do Resultado Primário obtido pela municipalidade até o período.

| DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - PERÍODO: 6º BIMESTRE DE 2022 | | | |
|--|------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| LRF, art. 53, inciso III Valores Expressos em R\$ | | | |
| RECEITAS FISCAIS | PREVISÃO ANUAL INICIAL | PREVISÃO ANUAL ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE |
| RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I) | 533.408.802,00 | 533.408.802,00 | 564.385.379,20 |
| Receita Tributária | 142.655.000,00 | 142.655.000,00 | 150.222.227,16 |
| Receita de Contribuição | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Previdenciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial Líquida | 4.000,00 | 4.000,00 | 95.168,40 |
| Receita Patrimonial | 1.128.500,00 | 1.128.500,00 | 12.026.215,51 |
| (-) Aplicações Financeiras | 1.125.500,00 | 1.125.500,00 | 11.931.047,11 |
| Transferências Correntes | 370.324.802,00 | 370.324.802,00 | 390.717.434,02 |
| Demais Receitas Correntes | 20.425.000,00 | 20.425.000,00 | 17.333.549,62 |
| Diversas Receitas Correntes | 20.425.000,00 | 20.425.000,00 | 17.333.549,62 |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | 41.162.633,31 | 41.162.633,31 | 4.264.090,22 |
| Operações de Crédito (III) | 19.103.533,31 | 19.103.533,31 | 151.020,00 |
| Amortização de Empréstimos (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Alienações de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 22.059.100,00 | 22.059.100,00 | 4.103.070,22 |
| Convênios | 0,00 | 0,00 | 2.622.392,22 |
| Outras Transferências de Capital | 22.059.100,00 | 22.059.100,00 | 1.480.678,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII) = (II-III-IV-V-VI) | 22.059.100,00 | 22.059.100,00 | 4.103.070,22 |

| | | | |
|---|------------------------------|---------------------------------|---|
| DEDUÇÕES DA RECEITA (VIII) | 51.323.200,00 | 51.323.200,00 | 52.230.407,70 |
| RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (IX) = (I+VII-VIII) | 504.144.702,00 | 504.144.702,00 | 516.241.041,72 |
| DESPESAS FISCAIS | DOTAÇÃO ANUAL INICIAL | DOTAÇÃO ANUAL ATUALIZADA | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE |
| DESPESAS CORRENTES (X) | 459.151.055,03 | 517.857.820,63 | 436.781.849,46 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 193.544.541,79 | 221.499.299,56 | 214.922.534,89 |
| Juros e Encargos da Dívida (XI) | 2.484.000,00 | 2.376.300,00 | 2.160.114,54 |
| Outras Despesas Correntes | 263.122.513,24 | 293.982.220,97 | 219.699.200,03 |
| DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI) | 456.667.055,03 | 515.481.520,63 | 434.621.734,92 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XIII) | 62.722.680,36 | 96.714.407,58 | 17.493.559,83 |
| Investimentos | 56.946.680,36 | 91.238.407,58 | 12.045.857,48 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos (XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XVI) | 5.776.000,00 | 5.476.000,00 | 5.447.702,35 |
| DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVII) = (XIII-XIV-XV-XVI) | 56.946.680,36 | 91.238.407,58 | 12.045.857,48 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII) | 2.500.000,00 | 2.500.000,00 | 0,00 |
| DESPESAS FISCAIS LIQUIDAS (XIX) = (XII+XVII+XVIII) | 516.113.735,39 | 609.219.928,21 | 446.667.592,40 |
| RESULTADO PRIMÁRIO (VIII-XVIII) | -11.969.033,39 | -105.075.226,21 | 69.573.449,32 |
| DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL | 7.407.000,00 | | |
| META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PJ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA | | | |

Consolidado:

| DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - PERÍODO: 6º BIMESTRE DE 2022 | | | |
|--|------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| LRF, art. 53, inciso III Valores Expressos em R\$ | | | |
| RECEITAS FISCAIS | PREVISÃO ANUAL INICIAL | PREVISÃO ANUAL ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE |
| RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I) | 533.408.802,00 | 533.408.802,00 | 564.368.379,20 |
| Receita Tributária | 142.655.000,00 | 142.655.000,00 | 150.222.227,16 |
| Receita de Contribuição | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Previdenciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial Líquida | 4.000,00 | 4.000,00 | 95.166,40 |
| Receita Patrimonial | 1.129.500,00 | 1.129.500,00 | 12.026.215,51 |

| | | | |
|---|------------------------------|---------------------------------|---|
| (-) Aplicações Financeiras | 1.125.500,00 | 1.125.500,00 | 11.931.047,11 |
| Transferências Correntes | 370.324.802,00 | 370.324.802,00 | 396.717.454,02 |
| Demais Receitas Correntes | 20.425.000,00 | 20.425.000,00 | 17.333.549,62 |
| Diversas Receitas Correntes | 20.425.000,00 | 20.425.000,00 | 17.333.549,62 |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | 41.162.633,31 | 41.162.633,31 | 4.254.990,22 |
| Operações de Crédito (III) | 19.103.533,31 | 19.103.533,31 | 151.020,00 |
| Amortização de Empréstimos (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Alienações de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 22.059.100,00 | 22.059.100,00 | 4.103.970,22 |
| Convênios | 0,00 | 0,00 | 2.622.362,22 |
| Outras Transferências de Capital | 22.059.100,00 | 22.059.100,00 | 1.480.678,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII) = (II-III-IV-V-VI) | 22.059.100,00 | 22.059.100,00 | 4.103.970,22 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA (VIII) | 51.323.200,00 | 51.323.200,00 | 52.230.467,70 |
| | | | |
| RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (IX) = (I+VII-VIII) | 504.144.702,00 | 504.144.702,00 | 516.241.041,72 |
| DESPESAS FISCAIS | DOTAÇÃO ANUAL INICIAL | DOTAÇÃO ANUAL ATUALIZADA | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE |
| DESPESAS CORRENTES (X) | 459.151.065,03 | 517.857.820,63 | 436.781.849,46 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 193.544.541,79 | 221.499.269,66 | 214.822.934,89 |
| Juros e Encargos da Dívida (XI) | 2.454.000,00 | 2.378.300,00 | 2.160.114,54 |
| Outras Despesas Correntes | 263.122.513,24 | 293.980.220,97 | 219.699.200,03 |
| DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI) | 456.697.055,03 | 515.481.520,63 | 434.621.734,92 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XIII) | 62.722.680,36 | 95.714.407,58 | 17.493.669,83 |
| Investimentos | 55.946.680,36 | 91.238.407,58 | 12.046.857,48 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos (XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XVI) | 5.776.000,00 | 5.476.000,00 | 5.447.702,35 |
| DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVII) = (XIII-XIV-XV-XVI) | 56.946.680,36 | 91.238.407,58 | 12.046.857,48 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII) | 2.500.000,00 | 2.500.000,00 | 0,00 |
| DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XIX) = (XII+XVII+XVIII) | 516.113.735,39 | 609.219.928,21 | 446.667.592,40 |
| | | | |
| RESULTADO PRIMÁRIO (VIII-XVIII) | -11.969.033,39 | -105.075.226,21 | 69.573.449,32 |
| | | | |
| DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL | 7.407.000,00 | | |
| META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA | | | |

O resultado apurado de R\$ 67.123.052,33 é favorável, pois que supera a meta estabelecida na LDO para 2022, qual seja, (R\$ 7.407.000,00). Explicação: à medida em que os investimentos aumentam, o Resultado Primário tende a diminuir. Como as operações de crédito previstas para 2022 não ocorreram conforme inicialmente previsto, os investimentos a essas vinculados também não se realizaram, culminando em um resultado acima do esperado

| Resultado Primário - Em Reais | | |
|-----------------------------------|----------------------|--------------|
| Descrição | 3º Quad / 2022 | Meta Anual |
| 1. Receitas Fiscais Correntes | 597.908.998,84 | 7.407.000,00 |
| 2. Receitas Fiscais de Capital | 4.540.502,03 | |
| 3. Deduções da Receita | 52.240.808,34 | |
| 4. Receitas Fiscais (1+2-3) | 550.208.692,53 | |
| 5. Despesas Fiscais Correntes | 469.444.837,75 | |
| 6. Despesas Fiscais de Capital | 13.640.802,45 | |
| 7. Despesas Fiscais (5+6) | 483.085.640,20 | |
| Resultado Primário (4 - 7) | 67.123.052,33 | |

Já o Resultado Nominal representa a variação entre dois períodos do saldo da Dívida Fiscal Líquida.

| ESPECIFICAÇÃO | SALDO (valores expressos em R\$) | | |
|--|----------------------------------|----------------------------|--------------------------|
| | Em 31 de Dez/2021 (a) | No Bimestre Anterior (b) | No Bimestre Atual (c) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | 38.244.288,52 | 32.122.839,58 | 34.134.751,14 |
| DEDUÇÕES (II) | 83.726.344,33 | 148.898.651,20 | 126.521.779,87 |
| Ativo Disponível | 88.879.623,35 | 150.620.909,52 | 129.563.839,42 |
| Haveres Financeiros | -759.615,36 | -777.637,46 | -739.998,20 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 2.879.468,16 | 179.329,68 | 230.449,97 |
| (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 1.514.197,50 | 2.767.291,18 | 2.071.811,38 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II) | -45.482.055,81 | -114.773.811,62 | -92.387.028,73 |
| RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (V) | 28.174.281,04 | 20.538.434,24 | 22.672.006,77 |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V) | -71.656.336,85 | -135.312.245,86 | -115.059.035,50 |
| ESPECIFICAÇÃO | PERÍODO DE REFERÊNCIA | | |
| | No Bimestre (c - b) | Jan até o Bimestre (c - a) | |
| RESULTADO NOMINAL | 20.253.210,36 | (43.492.698,65) | |
| DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL | | VALOR | |
| META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA | | 2.979.000,00 | |

Consolidado:

| ESPECIFICAÇÃO | SALDO (valores expressos em R\$) | | |
|--|----------------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| | Em 31 de Dez/2021 (a) | No Bimestre Anterior (b) | No Bimestre Atual (c) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | 38.244.288,52 | 32.158.509,56 | 34.170.421,14 |
| DEDUÇÕES (II) ¹ | 87.124.971,26 | 153.101.534,73 | 130.974.256,50 |
| Ativo Disponível | 93.029.184,01 | 157.010.304,34 | 134.243.693,19 |
| Haveres Financeiros | -712.541,35 | -731.252,75 | -693.322,24 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 3.474.781,07 | 179.329,68 | 230.449,97 |
| (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 1.716.890,33 | 2.998.187,18 | 2.345.664,48 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II) | -48.880.682,74 | -120.943.025,15 | -96.803.835,36 |
| RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (V) | 26.174.281,04 | 20.538.434,24 | 22.672.006,77 |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V) | -75.054.963,78 | -141.481.459,39 | -119.475.842,13 |
| ESPECIFICAÇÃO | PERÍODO DE REFERÊNCIA | | |
| | No Bimestre (c - b) | Jan até o Bimestre (c - a) | |
| RESULTADO NOMINAL | 22.006.617,26 | -44.420.878,35 | |
| DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL | | VALOR | |
| META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA | | 2.979.000,00 | |

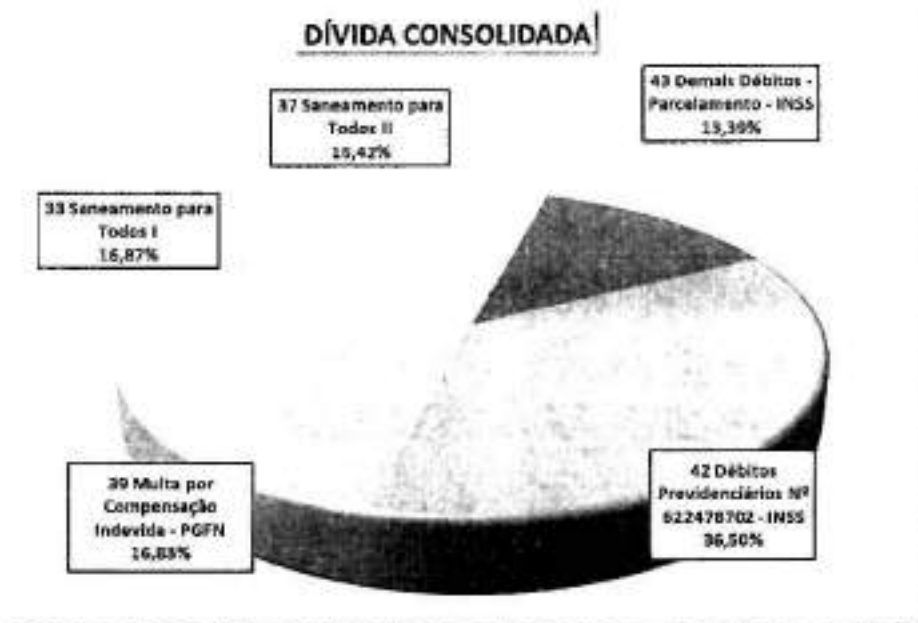
O resultado de (R\$ 44.420.878,35) apurado é favorável, haja vista que corresponde à redução da Dívida Fiscal Líquida no período analisado (Jan/2022 a Dez/2022). Tal valor é mais favorável que a meta definida para o exercício de 2022: R\$ 2.979.000,00 . Art. 9º da LRF

| Resultado Nominal (Em R\$) | | |
|---|---------------------|----------------------|
| Especificação | Saldo | |
| | 31.DEZ.2021 | 31.DEZ.2022 |
| I. Dívida Consolidada | 38.244.289 | 34.170.421 |
| II. Deduções | 87.124.971 | 130.974.257 |
| Ativo Disponível | 93.029.184 | 134.243.693 |
| Haveres Financeiros | (712.541) | (693.322) |
| (-) Restos a Pagar Processados | 3.474.781 | 230.450 |
| (-) Depósitos Restituintes e Valores Vinculados | 1.716.890 | 2.345.664 |
| III. Dívida Consolidada Líquida (DCL) = (I - II) | (48.880.683) | (96.803.835) |
| RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV) | 0 | 0 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (V) | 26.174.281 | 22.672.007 |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V) | (75.054.964) | (119.475.842) |
| RESULTADO NOMINAL | | (44.420.878) |
| META DO RESULTADO NOMINAL | | 2.979.000 |

2.7.6 Dívida Consolidada

Considera-se **Dívida Consolidada**, o montante total apurado sem duplicidade das obrigações financeiras, inclusive o total das dívidas mobiliária, contratual, dos precatórios judiciais posteriores a 5/5/2000 não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

| Dívida Consolidada | | 31/12/2022 |
|---|---|----------------------|
| Cód. | Descrição | Valor |
| 42 | Débitos Previdenciários Nº 622478702 - INSS | 12.403.473,28 |
| 39 | Multa por Compensação Indevida - PGFN | 5.719.794,80 |
| 33 | Saneamento para Todos I | 5.731.791,36 |
| 37 | Saneamento para Todos II | 5.579.221,81 |
| 43 | Demais Débitos - Parcelamento - INSS | 4.548.738,69 |
| 179 | FINISA - Programa de financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento | 151.731,20 |
| TOTAL | | 34.134.751,14 |
| Total da Dívida Consolidada em 31/12/2021 | | 38.244.288,52 |
| Redução | | (4.109.537,38) |



2.7.7 Dívida Consolidada Líquida (consolidado)

Verifica-se o comprimento dos limites legais, com boa margem percentual.

| | | |
|---|----------------|--------|
| Dívida Consolidada Líquida | | |
| Saldo devedor | -96.998.615,33 | -17,46 |
| Limite Legal (arts.3 e 4 Res.n 40 Senado) | 666.652.979,76 | 120,00 |
| Excesso a Regularizar | 0,00 | 0,00 |

2.7.8 Concessões de Garantia

O valor das garantias concedida atende ao limite legal, com boa margem percentual.

| | | |
|---------------------------------------|----------------|-------|
| Concessões de Garantias | | |
| Montante | 11.434.020,17 | 2,06 |
| Limite Legal (art. 9 Res.n 43 Senado) | 122.219.712,96 | 22,00 |
| Excesso a Regularizar | 0,00 | 0,00 |

2.7.9 Operações de Crédito

As operações de crédito realizadas não superam as despesas de capital, cumprindo regularmente a "Regra de Ouro" da Administração Pública.

| | | |
|---|---------------|-------|
| Operações de Crédito (exceto ARO) | | |
| Realizadas no Período | 151.020,00 | 0,03 |
| Limite legal (inc. I, art. 7 Res.n 43 Senado) | 89.867.053,97 | 16,00 |
| Excesso a regularizar | 0,00 | 0,00 |

Quadro Resumo dos Limites da LRF

| Descrição | Realiz. 3º Quadr. / 2022 | | Limites | | |
|---|--------------------------|----------------|---------|-------|-------------|
| | R\$ | % | % | | Comentários |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | 555.544.149,80 | | | | |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 555.544.149,80 | | | | |
| Despesas Totais com Pessoal | 219.162.505,15 | 39,45 | 54,00 | 51,30 | Atendido |
| Dívida Consolidada Líquida | (96.998.615,33) | (17,46) | 120,00 | | Atendido |
| Concessões de Garantias | 11.434.020,17 | 2,06 | 22,00 | | Atendido |
| Operações de Crédito (exceto ARO) | 151.020,00 | 0,03 | 16,00 | | Atendido |
| Antecipação de Rec. Orçamentárias | 0,00 | 0,00 | 7,00 | | Atendido |

2.7.10 Despesas Correntes Empenhadas / Receitas Correntes Arrecadadas

Quadro Demonstrativo das Despesas Correntes Empenhadas / Receitas Correntes Arrecadadas:

Consolidado: Pref + Câm + SAAE

| Receitas Correntes | | | | | | | | | | | | | Total 12m |
|-----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------|------------|
| jan/22 | fev/22 | mar/22 | abr/22 | mai/22 | jun/22 | jul/22 | ago/22 | set/22 | out/22 | nov/22 | dez/22 | | |
| 45.261.892,65 | 35.748.722,27 | 52.835.528,07 | 53.986.779,52 | 48.120.741,87 | 43.828.136,13 | 44.019.047,37 | 45.825.135,18 | 40.766.450,30 | 43.235.825,77 | 42.055.430,19 | 51.966.004,35 | 558.243 | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | | | | | Total 12m |
| jan/22 | fev/22 | mar/22 | abr/22 | mai/22 | jun/22 | jul/22 | ago/22 | set/22 | out/22 | nov/22 | dez/22 | | |
| 325.970.765,42 | 40.746.928,46 | 55.920.857,21 | 24.519.116,36 | 34.084.053,11 | 43.759.808,57 | 24.136.624,16 | 37.808.468,33 | 41.542.470,65 | 23.564.866,66 | 24.725.858,61 | 36.029.720,34 | 457.076 | |
| Resultado Obtido | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| Limite | (Em %) | | | | | | | | | | | | 370.567 |
| | (Em R\$) | | | | | | | | | | | | |
| Resultado sobre o limite (Em %) | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| Resultado sobre o limite (Em R\$) | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | 27.579.195 |

Destaque → Prefeitura: 87,86%
SAAE: 107,65%
Consolidado: 89,61%



Diante das informações acima podemos fazer a seguinte análise em relação ao art. 167-A da Constituição Federal:

- 1) O resultado apurado ficou acima do limite do § 1º do artigo 167-A⁵ (85,00%)
- 2) O SAAE apresentou resultado desfavorável acentuado, impulsionando o percentual consolidado (Prefeitura + Câmara + SAAE).
- 3) Caso o limite de 95,00% seja ultrapassado, ficará o Município de Salto impedido de realizar operações de crédito com outro ente da Federação. Atenção especial, portanto, aos projetos FINISA, Avançar Cidades e DESENVOLVE, os quais encontram-se em andamento.⁶

2.7.11 CAPAG

A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. O intuito da Capag é apresentar de forma simples e transparente se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional. A metodologia do cálculo, dada pela Portaria MF nº 501/2017, é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesa correntes e a situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do Estado ou Município. Os conceitos e variáveis utilizadas e os procedimentos a serem adotados na análise da Capag foram definidos na Portaria STN nº 882/2018.

Em consulta aos dados apresentados em 03 de janeiro de 2023, a nota apresentada, com base nos dados auferidos em 2021, é igual a **B**, em decorrência do indicador **II - Poupança Corrente**. Os demais itens estão favoráveis, com nota **A**. Cabe destacar, no entanto, que a Prévia Fiscal apresenta uma simulação da situação fiscal dos entes subnacionais a respeito de sua elegibilidade para obtenção de operação de crédito. A análise não abrange todos os limites legais, visto que utiliza apenas os dados disponibilizados no Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) e no CAUC (Serviço Auxiliar de Informações para

⁵ Art. 167-A. Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes sugera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação de: (...)

⁶ (**) § 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedado: (...) II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento.

Transferências Voluntárias), e, portanto, não vincula a posição do Tesouro Nacional. Assim, os limites aqui divulgados são preliminares, e serão apurados de forma precisa por ocasião da verificação do cumprimento de limites e condições de que trata o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF).

Se levarmos em consideração os resultados alcançados em 2022, aplicando os mesmos indicadores constantes na referida análise, o indicador se manteria em B, **em decorrência do indicador II - Poupança Corrente. Os demais itens estão favoráveis, com nota A.**

2.8 Tesouraria

As conciliações bancárias têm sido realizadas mensalmente pelo Setor de Tesouraria, registrando os lançamentos que foram processados pelo banco e pela Contabilidade em tempo hábil.

Em que pese as conciliações bancárias tenham sido realizadas mensalmente, o setor de tesouraria faz o acompanhamento diário das contas com maiores movimentações, demonstrando alto grau de controles financeiros e contábeis.

No exame das contas bancárias do período, ficou constatado apenas um registro de lançamento pendente de conciliação digno de nota:

Banco do Brasil

Conta Bancária: 3032-5

Data: 27 de junho de 2022

Valor: R\$ 230.362,08

Objeto: Contrato Câmbio Importação de armas para defesa Civil.

Obs: A pendência se justifica por se tratar de aquisição de armas para a Guarda Municipal, realizada por meio de importação.

As disponibilidades financeiras estão depositadas em seis bancos, sendo eles: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Santander e Rural. Os recursos são movimentados em quase sua totalidade por meio de transferências eletrônicas através de *Internetbanking*.

As contas do Bradesco e Itaú são apenas para recebimento de impostos, tributos e taxas.

Já a conta do Santander é movimentada para pagamento da folha de pagamento dos servidores.

Segundo o Relatório de Disponibilidades Financeiras, o montante de R\$129.563.839,42 está dividido da seguinte forma:

| Banco | Valor | % |
|-------------------------|-------------------|--------|
| Banco Santander Brasil | R\$ 12.050.202,40 | 9,20% |
| Banco do Brasil | R\$ 87.742.167,43 | 67,72% |
| Banco Bradesco | R\$ 0,00 | 0% |
| Banco Itaú | R\$ 0,00 | 0% |
| Caixa Econômica Federal | R\$ 28.900.546,05 | 22,31% |
| Banco Rural | R\$ 870.923,54 | 0,67% |

Os pagamentos são realizados após empenho prévio, contendo assinatura do ordenador de despesa.

No período em análise, não houveram indícios de quebra da ordem cronológica.

Com relação a conta no Banco Rural após levantamento junto a Secretaria de Assuntos Jurídicos, constatou-se a seguinte situação:

Em 2016, na gestão do sr. Prefeito Sr. Juvenil Cirelli houve uma aplicação de recursos no Banco Rural.

Com a liquidação do Banco pelo Banco Central, foi impetrada, na época, uma ação da Prefeitura contra o Banco Rural, na esperança de reaver o valor depositado, correspondente a R\$ 250.000,00 (que foi recuperado em razão do fundo garantidor), restando um saldo de R\$ 800.000,00 a receber. Processo nº 0034116-54.2016.4.01.3800. O processo encontra-se na Esfera Federal.

O propósito da ação se deu da seguinte forma:

Quando correu o problema com o Banco Rural, a Prefeitura imediatamente solicitou a habilitação de créditos a receber, tendo em vista a perspectiva de ser um ente público e que o valor a receber em questão é de origem pública, a mesma argumentou na ação que deveria ser priorizada na hora do recebimento dos créditos da liquidação do Banco Rural, em relação aos demais credores, galgando posições superiores na referida ordem de pagamento existente.

A Decisão Judicial foi desfavorável à Prefeitura, que perdeu o processo, tendo negada a alegação de prioridade restando a mesma a respeitar a ordem de pagamento de credores pré-estabelecida pela Justiça.

A Decisão Judicial também alegou que tudo isso poderia ter sido evitado, se o referido depósito não fosse efetuado no Banco Rural, cujo envolvimento em esquemas escusos (ex.: Mensalão, ano de 2005) anteriores ao depósito, era de conhecimento público e notório (<https://istoe.com.br/bc-encerra-liquidação-extrajudicial-do-banco-rural-de-investimentos/>).

A Prefeitura continua a aguardar o processo de liquidação do Banco Rural, sendo que o mesmo tramita em Minas Gerais, mesmo pertencendo ao âmbito Federal.

2.8.1 Movimentação de recursos dos Fundos Municipais

O município movimenta todos os recursos do Fundo Municipal de Saúde em contas independentes dos demais recursos do município, conforme determina o §2 do art. 32 da Lei Federal Nº. 8.080/90⁷.

Os demais fundos municipais também movimentam os recursos próprios em contas específicas.

2.9 Transferências de Duodécimos

Conforme cronograma de desembolso mensal, os valores a transferir para o Poder Legislativo foram fixados, para o exercício em exame, no montante de R\$ 5.500.000,00.

O quadro a seguir apresenta o limite de repasse a Câmara de Vereadores comparado com o valor fixado na Lei Orçamentária Anual.

⁷ § 2º As receitas geradas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) serão creditadas diretamente em contas especiais, movimentadas pela sua direção, na esfera de poder onde forem arrecadadas.

| LIMITE DA DESPESA | VALOR |
|--|----------------|
| LEGISLATIVA | |
| POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO | 120.779 |
| REC. TRIBUTÁRIA AMPLIADA DO EXERC. ANTER. ^(*) | 284.685.416,44 |
| PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO PARA REPASSE | 6,00 |
| VALOR MÁXIMO PERMITIDO PARA REPASSE | 17.073.924,99 |
| ORÇAMENTO PREVISTO PARA O EXERCÍCIO | 5.500.000,00 |
| REPASSE ATÉ O PERÍODO ^(**) | 5.500.000,00 |
| PERCENTUAL REALIZADO $(C = B/A \times 100)$ | 1,93 |

Fonte: População: Censo IBGE 2021, Receita Trib. Ampliada: Manual de Gestão Financeira de Prefeituras e Câmaras Municipais de 2021 (pág. 61)

Conforme o quadro acima, constatamos que até o período analisado, ou seja, 31/12/2022, as transferências financeiras realizadas ao legislativo cumpriram o previsto na Lei Orçamentária Anual.

Constatamos também que o valor repassado não superou 6,00% da Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior, não excedendo, portanto, o limite da Emenda Constitucional Nº. 58, de 2009.

O demonstrativo a seguir apresenta o valor fixado na Lei Orçamentária Anual para o Legislativo comparado com o repasse financeiro realizado

| VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS AO LEGISLATIVO | | | | | |
|---|---------------------|---------------------|---------------|-------------------|--------------|
| MÊS | FIXADO | REPASSADO | % | DEVOLVIDO | % |
| Janeiro | 458.333,33 | 125.000,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 |
| Fevereiro | 458.333,33 | 458.333,33 | 100,00 | 0,00 | 0,00 |
| Março | 458.333,33 | 458.333,33 | 100,00 | 0,00 | 0,00 |
| Abril | 458.333,33 | 458.333,33 | 100,00 | 0,00 | 0,00 |
| Maior | 458.333,33 | 458.333,33 | 100,00 | 0,00 | 0,00 |
| Junho | 458.333,33 | 458.333,33 | 100,00 | 0,00 | 0,00 |
| Julho | 458.333,33 | 458.333,33 | 100,00 | 0,00 | 0,00 |
| Agosto | 458.333,33 | 458.333,33 | 100,00 | 0,00 | 0,00 |
| Setembro | 458.333,33 | 458.333,33 | 100,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outubro | 458.333,37 | 458.333,37 | 100,00 | 0,00 | 0,00 |
| Novembro | 458.333,33 | 458.333,33 | 100,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dezembro | 458.333,33 | 458.333,33 | 100,00 | 601.316,79 | 131,20 |
| TOTAL | 5.500.000,00 | 5.500.000,00 | 100,00 | 601.316,79 | 10,93 |

2.10 Alienação de Ativos

Os recursos provenientes da alienação de ativos são contabilizados, creditados e

Paço Municipal – Alameda de São Norberto
Avenida Tranquillo Giamini, nº 891, Distrito Industrial Santos Dumont, Salto/SP, CEP: 13.329-600
Telefone: (11) 4602-8500
Site: www.salto.sp.gov.br

movimentados em conta específica.

O código de aplicação utilizado é especificado pelo sistema AUDESP, sendo ele:

| | | | |
|-----|------|-------------------|---|
| 120 | 0000 | ALIENAÇÃO DE BENS | Recursos advindos de alienações de bens cuja aplicação deverás ser vinculada. |
|-----|------|-------------------|---|

Para 2023 foi criado também o seguinte código de aplicação:

| | | | |
|-----|------|---------------------------------------|---|
| 121 | 0000 | REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS | Recursos advindos de aplicações financeiras dos recursos de alienação de bens. Utilizado apenas para a classificação de receitas. |
|-----|------|---------------------------------------|---|

Em atendimento ao estabelecido no art. 44 da LRF⁸, o município aplicou os recursos da alienação de ativos apenas para financiar despesas de capital.

O quadro a seguir demonstra os valores recebidos e saldo bancário dos recursos provenientes da alienação de ativos.

| ALIENAÇÃO DE ATIVOS | |
|--------------------------------|-----------|
| DESCRIÇÃO | Valor |
| Previsão Atualizada de Receita | 0,00 |
| Valor Arrecadado 7.865,83 | |
| Saldo de Banco | 87.370,48 |

Apresentamos abaixo as despesas empenhadas, liquidadas e pagas com recursos de alienação de ativos contabilizadas no Código de Aplicação
120.00 – Recursos de Alienação de Ativos.

| FONTE RECURSO | EMPENHADO | LIQUIDADO | PAGO |
|-------------------|-----------|-----------|----------|
| Recursos Próprios | 8.334,00 | 8.334,00 | 8.334,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 8.334,00 | 8.334,00 | 8.334,00 |

De acordo com o demonstrado acima, constatamos que até o período analisado, ou seja, 31/12/2022, o valor arrecadado totalizou R\$ 7.865,83, saldo bancário da conta 24.219-5 de R\$ 87.370,48 e o montante empenhado, liquidado e pago com recursos provenientes da alienação

⁸ Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

de ativos representou 105,95% do total arrecadado.

O valor arrecadado mencionado acima refere-se apenas a rendimentos.

2.11 Dívida Ativa

É sabido que a tomada de providências quanto a arrecadação da Dívida Ativa do município é de suma importância, tendo sido, inclusive, foco de comunicados e orientações pelas diversas entidades fiscalizatórias, entre elas o Tribunal de Contas.

Desta forma, a tomada de providências no sentido de recuperação desses valores, quer seja via judicial, quer seja administrativamente ou extrajudicial via protesto, é essencial para a consecução dos objetivos da arrecadação.

O Departamento contábil fez alguns apontamentos (notas explicativas) com relação a Dívida ativa, sendo eles:

(a) A abertura das informações fornecidas é insuficiente para o registro contábil no nível de detalhamento exigido pelo PCASP.

(b) Ausência de informações sobre o que vence a curto e a longo prazos (até 12 meses ou após 12 meses, respectivamente), bem como de valores do exercício corrente (2022) e exercícios anteriores discriminados por rubrica (os valores são globais).

(c) Dado o exposto no item a) acima, informamos o referido departamento sobre tais circunstâncias impeditivas à realização dos lançamentos contábeis em conformidade com o PCASP e reiteramos as diversas solicitações anteriormente apresentadas em ocasiões diversas. Convencionou-se adequar o demonstrativo da Dívida Ativa em conformidade com o exigido pelo PCASP / MCASP a partir do exercício de 2023.

(d) Por outro lado, ainda que sem o detalhamento previsto no PCASP, e com valores pouco detalhados, trata-se de documento oficial fornecido pelo departamento responsável, com um mínimo de informações contabilizáveis, sendo que o total é deveras superior ao constante do Balancete Contábil.

(e) Ante os fatos expostos, a Contabilidade, juntamente com a Administração, em especial a Sra. Adriana Senhora Lourenço (Secretária de Finanças), decidiu por realizar os ajustes contábeis necessários para que os balancetes possam, no mínimo, apresentar o valor total informado, ainda que sem o necessário detalhamento. Para tanto, foram efetuados lançamentos nas mesmas contas contábeis onde já se vislumbravam lançamentos anteriores, pois a ausência de detalhamento dos valores não comporta inovação por parte da contadoria.

(f) Apenas, com o intuito de realizar os lançamentos contábeis da forma mais adequada possível, os valores informados no demonstrativo original foram proporcionalizados conforme cada rubrica de receita (código de receita). Isso foi feito para possibilitar o lançamento no Conta Corrente 04 relativo às rubricas de receitas específicas.

[g] Na Divisão da Dívida Ativa por FASE consta uma diferença no valor de R\$ 30.902,78 a menor, sendo o valor da Dívida Ativa de R\$ 51.381.804,43 e o Executado no valor de R\$ 75.945.569,09, totalizando R\$ 127.327.373,50. Para ajustarmos o relatório, incluímos o valor da diferença (R\$ 30.902,78) à Dívida Ativa que passou a ser R\$ 51.412.707,21.

Com as informações levantadas junto ao setor competente, verificou-se:

| EXERCÍCIO | VALOR |
|-------------|-----------------------|
| 2017 | 9.403.608,18 |
| 2018 | 9.950.947,10 |
| 2019 | 9.841.701,70 |
| 2020 | 12.593.274,77 |
| 2021 | 17.499.564,84 |
| 2022 | 19.604.941,70 |
| Anteriores | 48.464.238,01 |
| Soma | 127.358.276,30 |

| TIPO INSC. | VALOR |
|-----------------|-----------------------|
| Imobiliário | 87.030.504,35 |
| Mobiliário | 32.718.326,15 |
| N. Estabelecido | 7.609.445,80 |
| Soma | 127.358.276,30 |

Com bases nestas informações, houve o registro na contabilidade da seguinte forma:

| | |
|------------------------|-----------------------|
| TRIBUTÁRIOS | 123.695.167,88 |
| NÃO TRIBUTÁRIOS | 3.663.108,42 |
| | 127.358.276,30 |

Do valor acima, 60% estão sendo cobrados judicialmente.

| | |
|--------------|-----------------------|
| Dívida Ativa | 51.412.707,21 |
| Executado | 75.945.569,09 |
| Total | 127.358.276,30 |

Se comparado ao exercício 2021 houve uma redução de R\$ 2.800.723,31 no estoque da dívida ativa.

| | |
|----------------|-----------------------|
| Exercício 2021 | 130.158.999,61 |
| Exercício 2022 | 127.358.276,30 |
| Total | -2.800.723,31 |

Constata-se que não há uma estrutura administrativa responsável para o efetivo controle da Dívida Ativa (inscrições, cancelamentos, cobranças etc) prejudicando desta forma, a arrecadação municipal bem como a contabilidade que não possui informações suficientes para o registro contábil no nível de detalhamento exigido pelo PCASP.

2.12 Implantação do SIAFIC

A Controladoria Interna, solicitou informações sobre a etapa em que se encontra o processo de implantação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC no município.

Nos termos do ANEXO ÚNICO AO DECRETO MUNICIPAL Nº 135/2021 – PLANO DE AÇÃO – ADEQUAÇÃO AO SIAFIC – DECRETO FEDERAL Nº 10.540/2020, o município deveria concluir a terceira e última etapa do processo de implantação do referido sistema até dezembro/2022, o que não ocorreu até a data da emissão deste relatório.

Obteve-se informações por meio da Secretaria de Finanças, que os sistemas da Prefeitura e do SAAE já estão funcionando de forma integrada através da Plataforma da Ethereum Tech. No entanto, o sistema da Câmara ainda não está interagindo de forma integrada e não há previsão para que tal integração ocorra.

Dito isso, o município não cumpriu o Decreto Federal que estabelece como data limite 01/01/2023⁹, o que poderá ensejar futuros apontamentos por parte dos órgãos fiscalizatórios.

⁹ Art. 18. Os entes federativos deverão observar as disposições deste Decreto a partir de 1º de janeiro de 2023.

Parágrafo único. Os entes federativos estabelecerão, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, plano de ação voltado para a adequação às suas disposições no prazo estabelecido no caput, que será disponibilizado aos respectivos órgãos de controle interno e externo e divulgado em meio eletrônico de amplo acesso público.

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 135, DE 03 DE MAIO DE 2021

PLANO DE AÇÃO

Plano de Ação ao padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), em conformidade com o Decreto Federal nº 10.540/2020

| AÇÕES | PRAZO |
|---|--------|
| Criação da Comissão Municipal de Avaliação, Adequação e Monitoramento do SIAFIC destinada a promover os atos e iniciativas necessárias mediante avaliação ao atendimento do disposto no Decreto Federal nº 10.540 de 5 de novembro de 2020 | jun/21 |
| Garantir que o SIAFIC contenha controle de acesso dos usuários por segregação de funções para controle ou consulta e também de acesso aos dados das demais Unidades Gestoras cadastradas com CPF ou Certificado Digital e codificação própria e intransferível. | dez/21 |
| Garantir o acesso ao SIAFIC para usuários cadastrados de acordo com autorização de superiores hierárquicos mediante assinatura de termo de responsabilidade e que seja realizado por intermédio de CPF e Senha ou Certificado Digital | dez/21 |
| Assegurar que as informações disponibilizadas pelo SIAFIC observem as questões de acessibilidade. | dez/21 |
| Garantir que até o dia 25 - Para fechar o balancete do mês anterior. | dez/21 |
| Garantir que até o dia 30/01 - Para registrar os atos de Gestão Orçamentária e Financeira do ano anterior (inclusive inscrição e cancelamento de Rendas a Pagar). | dez/21 |
| Garantir que até o dia 28 ou 29/02 - Para o fechamento dos Balanços e outras informações com periodicidade Anual. | dez/21 |
| Certificar que o SIAFIC impede os registros contábeis após o balancete encerrado. | dez/21 |
| Certificar que o SIAFIC/GIAF observa a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) | jun/22 |
| Garantir que o SIAFIC evidencie NO MÍNIMO: - I. os bens os direitos as obrigações as receitas e as despesas orçamentárias ou patrimoniais - II. a execução das receitas e despesas orçamentárias bem como suas alterações - III. a situação patrimonial e sua variação - IV. a execução dos custos - V. controle de convênios, contratos e instrumentos congêneres - VI. Diário, Razão e Balanços (individuais e consolidados) - VII. demonstrações contábeis, relatórios e demonstrativos fiscais, orçamentários, econômicos e financeiros - VIII. operações intergovernamentais - IX. origem e destinação dos recursos legalmente vinculados. | set/22 |

| | |
|---|--------|
| Garantir que o SIAFIC permita a disponibilização em meio eletrônico de: I. NO MÍNIMO: a) DESPESA: I. execução: I. Classificação orçamentária com a especificação da Unidade orçamentária, da função, da subfunção, da natureza da despesa, do programa e da ação e da fonte dos recursos que financiou o gasto; II. desembolsos independentes da execução orçamentária; V. F.F. ou P.J. beneficiária do pagamento com seu respectivo CPF ou CNP. EXCETO fone e benefícios previdenciários; V. convênios realizados com o número do processo correspondente, o nome e certificação por CPF ou CNP, do contratante, o objeto e o valor; VI. licitação, ou a sua dispensa ou inexigibilidade com o número do respectivo processo bem ou serviço adquirido, quando for o caso; b) RECEITA: I. previsão na LOA; II. lançamento resguardado o sigilo fiscal; III. arrecadação, incluindo recursos extraordinários; V. recolhimento; VI. classificação orçamentária com a especificação da natureza da receita e da fonte de recursos. | set/22 |
| Acertar que o SIAFIC processa e centraliza o registro contábil dos atos e fatos que afetem ou possam afetar o patrimônio da entidade. | set/22 |
| Assegurar que o registro representa integralmente o fato ocorrido, observado a tempestividade necessária. | set/22 |
| Assegurar que o registro: I. Foi feito conforme partidas dobradas; II. Foi feito em diário e moeda corrente nacional. | set/22 |
| Assegurar que o SIAFIC gere os livros razão, diários e demais demonstrações contábeis em conformidade as regras contidas no Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público (M/CASP) e no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), de forma individual e consolidada, e que ficam à disposição dos usuários e dos órgãos de controle interno e externo. | set/22 |
| Garantir que o registro contábil conterá: NO MÍNIMO: I. data da transação; II. conta debítoras; III. conta credítoras; IV. histórico da transação com referência à documentação de suporte, de forma descritiva ou por meio do uso de código de histórico padronizado; V. valor da transação; VI. número de controle dos registros eletrônicos que integram um mesmo lançamento contábil. | set/22 |
| Assegurar que o SIAFIC não permita: I. contabilidade apenas na exportação de dados; II. registro cuja data não corresponda à data do fato contábil ocorrido; III. alteração nos dados-fonte ou das bases de dados do SIAFIC; IV. utilização de ferramentas de sistema que refaçam os lançamentos contábeis em momento posterior ao fato contábil ocorrido. | set/22 |
| Verificação por meio de testes nas implementações das adequações do SIAFIC aos REQUISITOS CONTÁBEIS DE TRANSPARÊNCIA E TECNOLÓGICOS necessários ao plano estabelecido no Decreto Federal nº 10.540/20. | dez/22 |
| Apresentação de relatório sobre as atividades desenvolvidas pela comissão contendo parecer conclusivo sobre a adequação do SIAFIC ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.540/20. | dez/22 |
| Assegurar que o SIAFIC permita a acumulação dos registros por centros de custos. | dez/22 |
| Acertar que o SIAFIC é integrado a outros sistemas estruturantes tais como RH, Tributário, Patrimônio, almoxarifado, etc. | dez/22 |
| Garantir que há apenas um SIAFIC em uso pela ente. | dez/22 |
| Homologação pelo chefe do Poder Executivo do parecer conclusivo sobre a adequação do SIAFIC ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.540/20. | dez/22 |

2.13 Parceria Público Privada – PPP

Contrato de Concessão Administrativa nº 188/2014

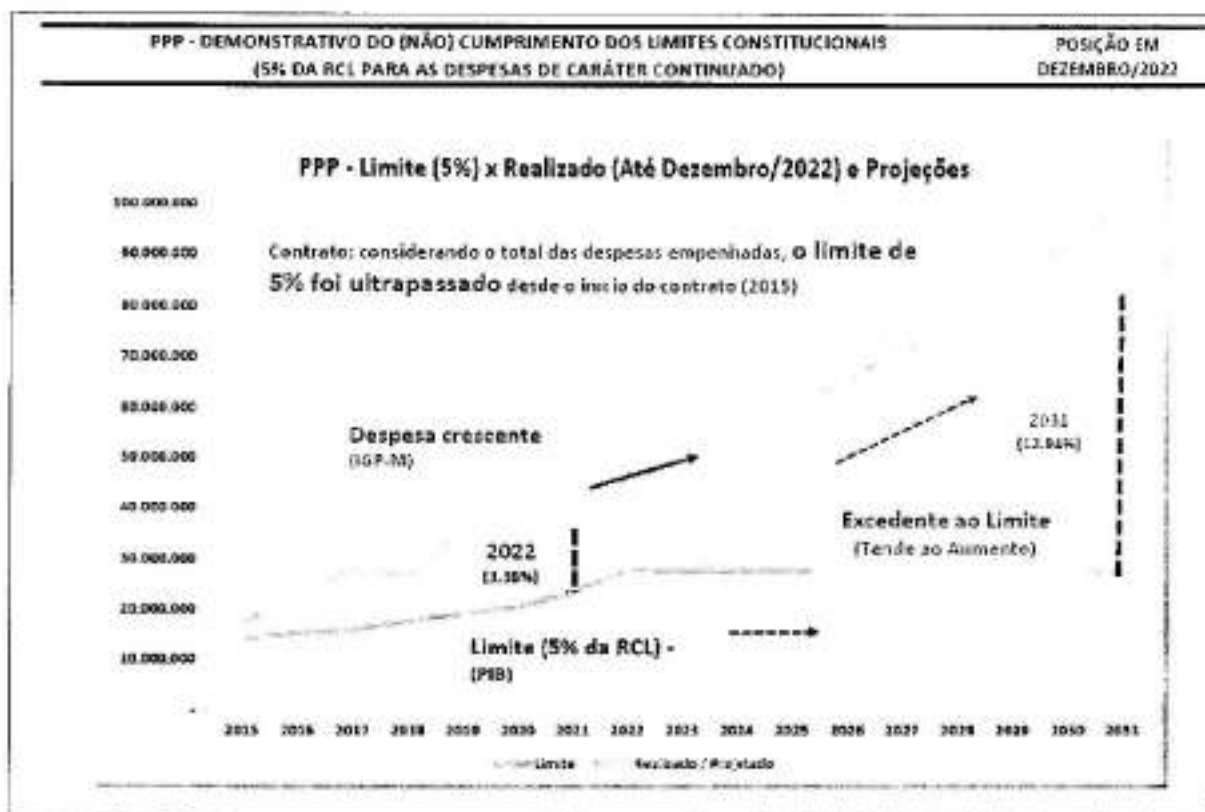
Empresa: CSO Ambiental Salto SPE S/A

Objeto: Concessão Administrativa da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana, de manejo, tratamento, destinação e disposição final de resíduos sólidos urbanos, de resíduos de serviços de saúde e de resíduos da construção civil no Município da Estância Turística de Salto.

Vigência: 30 anos da data da assunção.

Segue quadro demonstrativo referente a PPP:

| PPP - DEMONSTRATIVO DO (NÃO) CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS (5% DA RCL PARA AS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO) | | | | | | POSIÇÃO EM DEZEMBRO/2022 | |
|--|-------------------------|-------------------|--------------|---------------|-----------------|-----------------------------|--|
| EXERCÍCIO | DESPESAS COMPUTÁVEIS | RCL (Consolidada) | % APURADO | LIMITE (5%) | MARGEM | | Observações |
| | | | | | R\$ | % | |
| 2015 | 17.242.279,87 | 284.555.826,29 | 6,06 | 14.227.791,31 | - 3.014.488,56 | -1,06 | Corrente (considera Empenhadas até dezembro) |
| 2016 | 22.389.419,42 | 306.960.557,77 | 7,29 | 15.348.027,89 | - 7.041.391,53 | -2,29 | |
| 2017 | 28.063.451,26 | 318.098.899,00 | 8,82 | 15.904.944,95 | - 12.158.506,31 | -3,82 | |
| 2018 | 26.626.982,97 | 354.763.671,25 | 7,51 | 17.788.383,56 | - 8.885.799,41 | -2,51 | |
| 2019 | 35.084.957,53 | 353.312.691,08 | 9,15 | 19.165.634,59 | - 15.919.322,94 | -4,15 | |
| 2020 | 38.013.046,03 | 408.249.268,09 | 9,31 | 20.412.463,40 | - 17.600.582,63 | -4,31 | |
| 2021 | 37.042.872,85 | 470.523.129,29 | 7,87 | 23.526.156,46 | - 13.516.716,39 | -2,87 | Despesas: consideram o valor total empenhado até o momento |
| 2022 | 46.546.868,94 | 555.544.149,80 | 8,38 | 27.777.207,49 | - 18.769.661,45 | -3,38 | |
| 2023 | 50.687.212,93 | 554.446.155,67 | 9,14 | 27.722.307,78 | - 22.964.905,15 | -4,14 | Projeções (Considera Empenhadas). |
| 2024 | 55.195.840,52 | 553.350.331,65 | 9,97 | 27.657.516,58 | - 27.528.323,94 | -4,97 | |
| 2025 | 60.105.510,54 | 552.256.673,45 | 10,88 | 27.612.833,67 | - 32.492.676,86 | -5,88 | |
| 2026 | 65.451.895,70 | 551.165.176,79 | 11,88 | 27.558.258,84 | - 37.893.636,86 | -6,88 | |
| 2027 | 71.273.841,82 | 550.075.837,39 | 12,96 | 27.503.793,87 | - 43.770.049,95 | -7,96 | |
| 2028 | 77.613.650,05 | 548.988.651,00 | 14,14 | 27.449.432,55 | - 50.164.217,50 | -9,14 | |
| 2029 | 84.517.384,22 | 547.903.613,35 | 15,43 | 27.395.180,67 | - 57.122.203,56 | -10,43 | |
| 2030 | 92.035.205,55 | 546.820.720,21 | 16,83 | 27.341.036,01 | - 64.694.169,54 | -11,83 | |
| 2031 | 100.121.707,08 | 545.739.967,33 | 18,36 | 27.286.998,37 | - 72.934.738,72 | -13,36 | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |



Em dezembro de 2022, o índice das despesas com o contrato de PPP representa **8,38%** da Receita Corrente Líquida, ultrapassando em 3,38% o **Limite Máximo legal de 5,00%**, o que representa um gasto **excedente de R\$ 16,49 milhões** em relação ao teto estabelecido.

Considerando o total das despesas empenhadas, o limite de 5% foi ultrapassado desde o início do contrato (2015).

3 – APLICAÇÕES CONSTITUCIONAIS

3.1 Aplicação no Ensino

Específico à aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino, o Município teve uma receita de impostos e transferências correspondente ao montante de R\$ 413.717.802,52.

Conforme determina o artigo 212, da Constituição Federal, o valor mínimo a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino deve ser de R\$ 103.429.450,63, equivalente a 25% da receita.

As receitas e as despesas com o ensino infantil e fundamental (empenhadas, liquidadas e pagas), assim como os percentuais respectivos estão demonstradas no quadro a seguir:

| QUADRO 6 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS EM ENSINO | | | | | | | |
|--|---------------------------------------|--------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------------------------|
| Período de: 01/01/2022 até 31/12/2022 | | | | | | | |
| RECEITAS DE IMPOSTOS | | | | APLICAÇÕES MÍNIMAS CONSTITUCIONAIS | | | |
| | Previsão Atualizada | Arrecadada até o período | | Previsão Atualizada para o Exercício | | | |
| PROPRIAS | 133.181.800,00 | 145.411.105,06 | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DA UNião | 59.962.800,00 | 60.765.307,12 | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO | 114.555.900,00 | 114.541.339,17 | | | | | |
| TOTAL | 207.699.500,00 | 220.717.751,35 | | | | | |
| RETENÇÕES AO FUNDEB | 51.323.300,00 | 52.330.407,70 | | | | | |
| RECEITAS LÍQUIDAS | 156.376.200,00 | 168.387.343,65 | | | | | |
| TOTALIZEM | | | | | | | |
| | | | | | | 103.429.450,63 | |
| DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO | | | | | | | |
| | Dotação Atualizada (para o exercício) | % | Despesa Empenhada (até o período) | % | Despesa Liquidada (até o período) | % | Despesa Paga (até o período) |
| DESPESAS TOTAIS | | | | | | | |
| TOTAL | 126.101.340,07 | 11,49 | 112.814.777,19 | 11,49 | 108.172.603,33 | 11,49 | 108.172.603,33 |
| ENSINO FUNDAMENTAL | 30.794.407,12 | 1,74 | 28.585.112,34 | 1,74 | 25.200.855,42 | 1,74 | 25.200.855,42 |
| EDUCAÇÃO INFANTIL | 43.860.945,00 | 11,72 | 34.080.357,18 | 11,72 | 31.741.343,18 | 11,72 | 31.741.343,18 |
| RETENÇÕES AO FUNDEB | 51.323.300,00 | 12,87 | 52.330.407,70 | 12,87 | 52.230.407,70 | 12,87 | 52.230.407,70 |
| DEMOBILIZAÇÕES | | | | | | | |
| ENSINO FUNDAMENTAL | | | 837.800,57 | 0,22 | 837.800,57 | 0,22 | 837.800,57 |
| EDUCAÇÃO INFANTIL | | | 837.800,57 | 0,22 | 837.800,57 | 0,22 | 837.800,57 |
| RETENÇÕES AO FUNDEB | | | 558.600,18 | 0,14 | 558.600,18 | 0,14 | 558.600,18 |
| DESPESAS LÍQUIDAS | | | 558.600,18 | 0,14 | 558.600,18 | 0,14 | 558.600,18 |
| DESPESAS LÍQUIDAS | | | | | | | |
| ENSINO FUNDAMENTAL | | | 28.747.311,77 | 0,22 | 24.362.054,85 | 0,22 | 24.362.054,85 |
| EDUCAÇÃO INFANTIL | | | 32.242.056,79 | 0,11 | 31.162.741,80 | 0,11 | 31.162.741,80 |
| RETENÇÕES AO FUNDEB | | | 22.230.407,70 | 0,22 | 22.230.407,70 | 0,22 | 22.230.407,70 |
| TOTAL | | | 111.219.775,26 | 10,81 | 107.755.198,35 | 10,81 | 107.755.198,35 |

O valor total das despesas empenhadas apresenta excedente de 1,96% em relação ao mínimo obrigatório, conforme demonstrado abaixo:

| | | |
|----------------------------|---------------------|--------------|
| Gasto Obrigatório | 103.429.450,63 | 25,00% |
| Gasto Realizado (Empenhos) | 111.518.276,24 | 26,96% |
| Excedente | 8.088.825,61 | 1,96% |

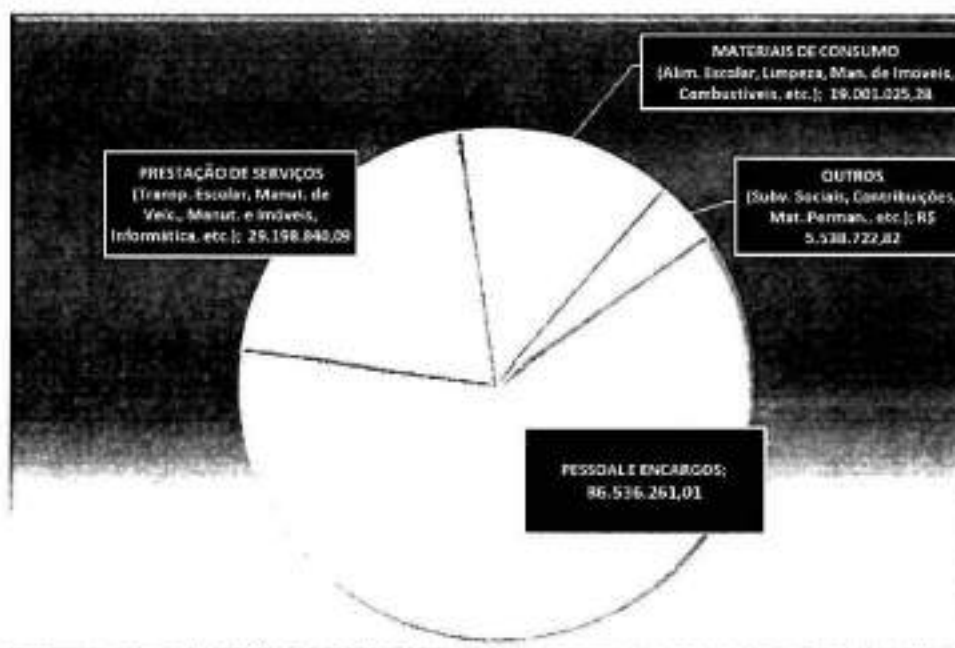
O valor total das despesas liquidadas e pagas apresenta excedente de 1,05% em relação ao mínimo obrigatório, conforme demonstrado abaixo:

| | | |
|----------------------------|---------------------|--------------|
| Gasto Obrigatório | 103.429.450,63 | 25,00% |
| Gasto Realizado (Empenhos) | 111.518.276,24 | 26,05% |
| Excedente | 4.346.653,75 | 1,05% |

Verifica-se o cumprimento do percentual mínimo constitucional com folga.

EDUCAÇÃO - 25% DOS RECURSOS PRÓPRIOS
DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

| | | |
|---|--------|----------------|
| TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS | | 413.717.802,52 |
| APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA | 25,00% | 103.429.450,63 |
| PERÍODO | | LIQUIDADAS |
| Janeiro a Dezembro | | 107.776.104,38 |
| TOTAL | | 107.776.104,38 |
| PERCENTUAL | | 26,05% |
| MARGENS | 1,05% | 4.346.653,75 |



Detalhes:

Alimentação Escolar: R\$ 10.929.532,64 (Materiais de Consumo)

Transporte Escolar: R\$ 11.598.610,18 (Prestação de Serviços)

3.2 Aplicação Recursos do FUNDEB

O Controle Interno do Município verificou quanto ao FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério dos Profissionais da Educação), prevista na Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que o montante das receitas foi da ordem de R\$ 62.997.025,71.

A importância de R\$ 44.097.918,00, equivalente a 70% dos recursos do FUNDEB, deverão ser destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício da rede pública (art. 25¹⁰).

¹⁰ Art. 26. Excluídos os recursos de que trata o inciso II do caput do art. 5º desta Lei (VAAIt), proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

QUADRO 5 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS - FUNDEB
Período de 01/01/2012 até 31/12/2012

| RECEITAS DO FUNDEB | | | RETEÇÕES AO FUNDEB | | | Receita até o Período |
|--|--|----------------------------|---|---------------|--------------------------------------|--------------------------|
| | Previsão Atualizada | Ancoragem até o período | Previsão Atualizada para o Exercício | | | |
| RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS | R\$ 415.000,00 | R\$ 809.913,81 | R\$ 415.000,00 | | | R\$ 415.000,00 |
| RECEITAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 77.000,00 | 387.410,70 | | | | |
| TOTAL DA RECEITA | R\$ 492.000,00 | R\$ 1.197.324,51 | | | | |
| APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATORIAS | | | APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO | | | Retenções |
| | Previsão Atualizada | Ancoragem até o período | Transferências Recebidas | | | |
| TOTAL | R\$ 492.000,00 | R\$ 1.197.324,51 | R\$ 809.913,81 | | | R\$ 390.490,70 |
| MAGISTÉRIO (70%) | 43.620.000,00 | 44.097.918,80 | 56.579.585,31 | GANHO: | PERDA: | 6,36 |
| DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB | | | | | | |
| | Despesa Atualizada (para o exercício) | % | Despesa Empenhada (até o período) | % | Despesa Liquidada (até o período) | % |
| TOTAL | R\$ 149.812,48 | 14,97 | R\$ 897.925,71 | 100 | R\$ 897.925,71 | 100 |
| MAGISTÉRIO | 89.918.000,00 | 12,82 | 86.121.727,47 | 95,94 | 86.121.727,47 | 95,94 |
| OUTRAS | 5.894.512,48 | 3,97 | 3.876.298,24 | 65,76 | 3.876.298,24 | 65,76 |
| Recursos recebidos a título de Complementação da União VANT - Aplicação em Despesas de Capital - art. 27 Lei 56.113/2008 | | | | | | |
| Total da Complementação da União VANT recebida | 0,00 | | | | | |
| Percentual mínimo de aplicação - Despesa de Capital | 10% | | | | | |
| Recursos recebidos a título de Complementação da União VANT - Aplicação em Educação Infantil - art. 28 Lei 56.113/2008 | | | | | | |
| Percentual mínimo de aplicação - Educação Infantil | 10% | | | | | |
| Complementação da União VANT | 0,00 | | | | | |

Assim, das informações contidas acima, considerando o total da despesa liquidada, conclui-se que o Município aplicou 100,00% dos recursos oriundos do FUNDEB dentro do exercício financeiro em que foram creditados, percentual atende ao disposto no artigo 25, §3º, da Lei do FUNDEB.

No que tange à aplicação de no mínimo 70% da receita do FUNDEB namanutenção do magistério, constata-se com base na despesa liquidada a realização do percentual de 95,44 %, (excedente de R\$ 25,44%) cumprindo a determinação do artigo 26, da Lei do FUNDEB.

| | Magistério | |
|-------------------------------|----------------------|---------------|
| Gasto Obrigatório | 44.097.918,00 | 70,00% |
| Gasto Realizado (Liquidações) | 60.121.727,47 | 95,44% |
| Excedente | 16.023.809,47 | 25,44% |

Verifica-se o cumprimento do percentual mínimo constitucional com folga.

3.2.1. Aplicação Recursos do FUNDEB – PARCELA DIFERIDA

No quadrimestre em análise, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame desse item.

3.3 Aplicação na Saúde

De acordo com o art. 77, inciso III da Emenda Constitucional n 29/2000, os Municípios devem aplicar anualmente, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos em ações e serviços públicos de saúde.

O quadro a seguir apresenta as receitas de impostos incluídas as transferências legais e constitucionais.

RREO - ANEXO 12 - 01/01/2014 - 01/01/2015

ANEXO 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.
Período: 12/2012

| RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA(a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|--|-----------------------|------------------------|-----------------------|---------------------|
| | | | Até o bimestre (b) | % (c) = (b/a) x 100 |
| RECEITA DE IMPOSTOS (I) | 152.181.800,00 | 152.181.800,00 | 145.811.453,62 | |
| Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU | 66.824.000,00 | 66.824.000,00 | 71.724.872,70 | |
| IPTU | 66.824.000,00 | 66.824.000,00 | 59.445.364,40 | |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU | 13.419.000,00 | 13.419.000,00 | 12.279.510,30 | |
| Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI | 18.109.000,00 | 18.109.000,00 | 15.005.872,80 | |
| ITBI | 18.109.000,00 | 18.109.000,00 | 15.005.872,80 | |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Receita Resultante da Contribuição sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 41.273.000,00 | 41.273.000,00 | 44.882.895,87 | |
| ISS | 41.273.000,00 | 41.273.000,00 | 44.325.452,28 | |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS | 125.000,00 | 125.000,00 | 557.443,59 | |
| Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - Renda na Forma - RPPR | 9.875.000,00 | 9.875.000,00 | 13.273.244,91 | |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | 261.800.000,00 | 261.800.000,00 | 254.707.703,18 | |
| Cota-Parte FPM | 64.500.000,00 | 64.500.000,00 | 75.203.587,47 | |
| Cota-Parte ITR | 152.000,00 | 152.000,00 | 142.800,00 | |
| Cota-Parte IPVA | 24.748.000,00 | 24.748.000,00 | 23.823.745,96 | |
| Cota-Parte ICMS | 124.144.000,00 | 124.144.000,00 | 133.567.566,11 | |
| Cota-Parte IR - Exportação | 1.596.000,00 | 1.596.000,00 | 504.878,00 | |
| Compensação Financeira Proveniente de Impostos e Transferências Constitucionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Desoneração ICMS (C-8768) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Dúvidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (I) + (II) | 413.981.800,00 | 413.981.800,00 | 400.519.156,80 | |

O quadro a seguir apresenta as despesas com ações e serviços de saúde.